

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Cíntia Eliza Mahl

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
ASSOCIADAS AO CONSÓRCIO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS
GAÚCHAS**

Porto Alegre

2020

Cíntia Eliza Mahl

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
ASSOCIADAS AO CONSÓRCIO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS
GAÚCHAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Edson Luiz Lindner

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Mahl, Cíntia Eliza

A Educação Ambiental em Instituições de Ensino Superior Associadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas / Cíntia Eliza Mahl. -- 2020. 109 f.

Orientador: Edson Luiz Lindner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Educação Ambiental. 2. Ensino Superior. 3. Instituição Comunitária. I. Lindner, Edson Luiz, orient. II. Título.

*"Não abandones tua ânsia de fazer
de tua vida algo extraordinário."*

Walter Whitman

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo realizar um diagnóstico de ações ambientais nos eixos de ensino, pesquisa e extensão em instituições de ensino superior, associadas ao consórcio das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul - COMUNG. Conforme a Conferência de Tbilisi, ocorrida em 1977, a Educação Ambiental deve girar em torno de problemas concretos e ter um caráter interdisciplinar. Além disso, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) ressalta que a Educação Ambiental deve ser tratada em todos os níveis de ensino, de maneira formal e informal. Nesta perspectiva, para esta pesquisa foi realizada uma análise teórica, com um estudo do tipo estado da arte e uma pesquisa exploratória com abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa, baseada em questionários aplicados via formulários Google. Na pesquisa de levantamento teórico constatou-se que existe um aumento nas pesquisas de temática ambiental em instituições de ensino superior, embora grande parte dos estudos estejam vinculado a cursos de formação que tenham relação com a temática ambiental, como biologia e engenharia ambiental, o que deixa evidente a necessidade de pesquisar a temática ambiental de forma sistêmica, integrada e ativa, em diferentes áreas de formação. Pela pesquisa realizada via formulários Google pode-se notar que existem muitas propostas de ações relacionadas às temáticas ambientais, porém muitas delas ainda são de caráter naturalista e em um desenvolvimento ainda incipiente para o atendimento total à PNEA.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Ensino Superior. Instituição Comunitária.

ABSTRACT

The present work aimed to carry out a diagnosis of environmental actions in the areas of teaching, research and community outreach in higher education institutions, associated with the consortium of community universities in Rio Grande do Sul - COMUNG. According to the Tbilisi Conference, held in 1977, Environmental Education must revolve around concrete problems and have an interdisciplinary character. In addition, the National Environmental Education Policy emphasizes that Environmental Education must be discussed at all levels of education, through formal and informal approaches. In this perspective, for this research a theoretical analysis was carried out, with a study a state of the art study and an exploratory research with both quantitative and quantitative approach, based on questionnaires applied via Google forms. In the theoretical survey research it was found that there is an increase in research on environmental issues in higher education institutions. However most studies are linked to courses that are related to environmental matters, such as biology and environmental engineering, which signals the need to research the environmental theme in a systemic, integrated and active way, in different study areas. Through the research carried out via Google forms, it can be noted that there are many proposals for actions related to environmental issues, but many of them are still of a naturalistic nature and in a still incipient development for the total service to PNEA.

Keywords: Environmental Education. University education. Community Institution.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção entre organizações acadêmicas das IES - BRASIL - 2018....	20
Gráfico 2 - Matrículas em cursos de Graduação Presencial e a Distância por Organização Acadêmica no RS - 2018	24
Gráfico 3 - Relação de Trabalhos aceitos.....	49
Gráfico 4 - Trabalhos aceitos com o termo “ambiental” no título.....	49
Gráfico 5 - Temáticas abordadas nas Produções em EA no ES apresentadas nos ENPECs.....	51
Gráfico 6 - Temáticas abordadas nas Produções em EA no ES publicadas na RBPEC.....	52
Gráfico 7 - Publicações com o descritor Educação Ambiental.....	52
Gráfico 8 - Principais Universidades com publicações com o descritor ambiental	53
Gráfico 9 - Publicações com os termos “Educação Ambiental” AND “Universidade”	54
Gráfico 10 - Publicações com os termos “Educação Ambiental” AND “Ensino Superior”.....	54
Gráfico 11 - Relação entre as pesquisas Realizadas na plataforma CAPES	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização do Ensino Superior no Rio Grande do Sul, adaptado segundo Neves (1995).....	21
Quadro 2 - Resumo com proposta de setor a ser pesquisado.....	41
Quadro 3 - Instituições convidadas a participar da pesquisa e seus respectivos retornos..	42

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Mapa das ICES no Estado do Rio Grande do Sul	26
Figura 2 - Organograma das etapas da pesquisa.....	39
Figura 3 - Espiral do sistema de gestão ambiental.....	56
Figura 4 - Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito à Política Ambiental	57
Figura 5 - Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito à Gestão Ambiental.....	60
Figura 6 - Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito a Educação Ambiental no Ensino de ICES	63
Figura 7 - Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito a Educação Ambiental na Pesquisa de ICES	65
Figura 8 - Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito a Educação Ambiental na Extensão de ICES	68

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABRUC	Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior
BNCC	Base Curricular Comum Curricular
COMUNG	Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
COREDE	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
EA	Educação Ambiental
FEEVALE	Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo
ICES	Instituições Comunitárias de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA	Centro Universitário Metodista
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
MEC	Ministério da Educação
PAIUNG	Programa de Avaliação Institucional do COMUNG
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PUC RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFN	Universidade Franciscana

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNILASALLE	Centro Universitário La Salle
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari
UPA	Universidade de Porto Alegre
UPF	Universidade de Passo Fundo
URCAMP	Universidade da Região da Campanha
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1.1 O Ensino Superior no Rio Grande do Sul	21
2.1.2 O Ensino Superior comunitário no Rio Grande do Sul	25
2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL	28
2.2.1 Educação Ambiental no Brasil	30
2.2.2 Educação Ambiental no Ensino Superior	35
3 METODOLOGIA	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	40
3.2 OBJETO DE ESTUDO E ABRANGÊNCIA DA PESQUISA	41
3.3 COLETA DE DADOS	43
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	44
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	47
4.1 ESTADO DA ARTE: A ABORDAGEM DO TEMA AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL E DO CIENTISTA DE NÍVEL SUPERIOR SOCIALMENTE RESPONSÁVEL	47
4.1.1 Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)	48
4.1.2 Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC)	51
4.1.3 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	52
4.2 POLÍTICA AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	55
4.3 GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	59
4.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	62
4.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PESQUISA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	65
4.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EXTENSÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE A - ARTIGO APRESENTADO NO ENPEC	82

APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - POLÍTICA AMBIENTAL	94
APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ENSINO	96
APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - PESQUISA	99
APÊNDICE E - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - EXTENSÃO	101
APÊNDICE F - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - GESTÃO AMBIENTAL	103
APÊNDICE G - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	105
APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	107

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma pesquisa de mestrado que está inserido na linha de pesquisa “Educação Científica: processos de ensino e aprendizagem na escola, na universidade e no laboratório de pesquisa” do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta dissertação busca conhecer como a abordagem de temas relacionados ao meio ambiente estão sendo articulados no meio acadêmico e transversalmente nos documentos da instituição até chegar às práticas educativas.

Uma vez que, os efeitos da degradação ambiental em escala mundial vem aumentando, indica a importância da Educação Ambiental (EA) para a formação científica e cidadã. Conforme Freitas (2008), as graves crises sociais e ambientais presentes no mundo e o desrespeito aos direitos ambientais e humanos justificam o consenso mundial, desenvolvido principalmente nas últimas décadas, de que a temática ambiental precisa ser articulada plenamente na educação.

A minha motivação pela temática ambiental foi desenvolvida ainda na infância, acredito que observar a natureza e conhecer o meio em que vivemos é essencial para criar e manter uma relação de respeito, de gratidão e equilíbrio para o consumo. Sendo assim, cresci no interior de Santa Cruz do Sul - RS, durante a minha infância eu brincava no campo, na mata fechada, tomava banho de açude, comia fruta do pé e, o que eu mais gostava, era observar os pirilampos, esses que apareciam nas noites quentes de verão, junto com o coaxar dos sapos e a estridulação dos grilos.

Fui aluna de escola pública, durante todo o ensino básico. Iniciei minha jornada no ensino superior cursando Química Industrial, na Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, desejando trabalhar em laboratório da indústria fumageira, setor de destaque em Santa Cruz do Sul. Após dois anos de curso, um estágio extra curricular em laboratório de análise de solos e uma experiência em indústria de bebidas, descobri que o ensino e a aprendizagem faziam mais sentido para mim, e decidi mudar para o Curso de Licenciatura em Química. Com o advento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID em 2012, vi uma possibilidade de me inserir em projetos na área da educação.

Como bolsista PIBID realizei minha primeira pesquisa na temática de EA, foi quando em 2014 fui convidada para colaborar como técnico ambiental na mesma instituição. Exerci atividades na Área Ambiental da universidade, por 4 anos, setor que é responsável por todas as ações ambientais da instituição e está vinculado à coordenação do campus, que faz parte da pró-reitoria de administração.

Foram muitos conhecimentos adquiridos como técnico ambiental da instituição de Ensino Superior, porém, ainda restam diversas lacunas de conhecimentos nesta temática. O que foi a principal questão motivadora desta pesquisa, que objetiva a contribuir para um maior conhecimento e entendimento das ações relacionadas à temática ambiental nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES), nos eixos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Esta dissertação será apresentada em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo apresentam-se as motivações da pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

No segundo capítulo, a ênfase é na fundamentação teórica, uma breve apresentação a respeito do Ensino Superior no Brasil, o Ensino Superior em instituições comunitárias de Ensino Superior e também em relação a Educação Ambiental e Educação Ambiental no Ensino Superior. Na sequência, capítulo três, são apresentados os procedimentos metodológicos que direcionam a realização do trabalho, com a caracterização da pesquisa, apresentação do objetivo e abrangência do estudo, procedimentos de coleta de dados e, os procedimentos de análise dos resultados.

O quarto capítulo dedica-se à análise dos resultados, contemplando os principais elementos identificados na pesquisa. E para encerrar, o capítulo cinco apresenta as considerações finais acerca do estudo, focando no alcance dos objetivos propostos, inicialmente, bem como as limitações e sugestões para futuros estudos.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Diante de tal contexto, emerge como problema desta pesquisa:

Como as Instituições de Ensino Superior, no âmbito de ensino, pesquisa, extensão e gestão, concretizam ações para a promoção da Educação Ambiental, em atendimento às normas instituídas pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)?

Perante esse problema, serão pesquisadas quais ações são desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior associadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul - COMUNG.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é examinar a abordagem de temas ambientais e a promoção da Educação Ambiental em Instituições Comunitárias do Rio Grande do Sul nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, para assim conhecer as atividades desenvolvidas e realizar um diagnóstico coletivo.

1.2.2 Objetivos específicos

a. Levantar, de forma quantitativa, a incidência de atividades de relevância ambiental nas Instituições Associadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas;

b. Apresentar um diagnóstico coletivo e mostrando de que forma as Instituições comunitárias estão abordando a temática ambiental nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil a temática ambiental amparada legalmente pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e a Educação Ambiental é amparada no § 1º, inciso VI, que institui os princípios da EA ao determinar a promoção da “Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente”.

Em 1999, foi aprovada a Lei nº. 9795, que instituiu a PNEA, deixando claro que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Assim, a Educação Ambiental deve ser desenvolvida de forma contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino, como uma prática educativa integrada. Para isso, o planejamento curricular deve levar em conta as fases, etapas, modalidades e níveis dos cursos, não esquecendo de considerar a idade e a diversidade sociocultural dos estudantes, e também a comunidade em que o indivíduo está inserido, os biomas que os rodeiam e os territórios que ocupam.

Em 1996, a lei nº 9.394, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, essa que, deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

As diretrizes estabelecem como finalidade para o ensino superior, no que tange ao meio ambiente: desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

Em 2005, o Ministério da Educação realizou, com a coordenação da Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental (RUPEA), o Mapeamento da Educação Ambiental. Este estudo foi realizado em 27 instituições brasileiras de Educação Superior, sendo elas 14 instituições públicas e 8 privadas, distribuídas em 11 estados brasileiros. Os resultados desta pesquisa, permitem observar, que a Educação Ambiental neste período estava passando por um cenário de insuficiência no que se refere a ações nos cursos de graduação, seja pelo movimento da Educação Ambiental, que não é a forma recomendada pela PNEA, mas também pela ausência, em muitos casos, de qualquer discussão acerca da problemática ambiental vigente.

Para intensificar as ações que promovem a Educação Ambiental, o Ministério da Educação, por meio do Sistema de Avaliação do Ensino Superior, vem ampliando o número de requisitos legais que constam no instrumento de avaliação que é utilizado nas avaliações para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação (BRASIL, 2011).

Espera-se que a presente pesquisa seja um instrumento para a tomada de decisões, tanto dos docentes como dos gestores e técnicos administrativos, aspira-se que o estudo contribua para a expansão teórica das ações ambientais nas ICES, gerando novos questionamentos, novos estudos e novas propostas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura que fundamentou este trabalho, buscando evidenciar os principais contextos e abordagens adotadas na realização desta dissertação. Para tratar de Educação Ambiental em instituições de Ensino Superior torna-se inerente realizar uma abordagem a respeito do Ensino Superior. Na sequência são apresentadas as abordagens teóricas sobre a Educação Ambiental e a Educação Ambiental no Ensino Superior

2.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Pode-se afirmar que, uma importante característica que marca o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil é seu caráter tardio, principalmente em comparação a chamada América Hispânica, os países sob o império Espanhol dispunham de Ensino Superior ainda no período colonial. Enquanto que no Brasil, as IES foram fundadas apenas com a chegada da família real portuguesa, em 1808 e as primeiras universidades, são ainda mais recentes, na década de 30 do século XX (DURHAM, 2003).

Na dissolução do Império Brasileiro (1889) o país contava com somente seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros. E em 1900, não existiam mais que 24 escolas de Ensino Superior, (NEVES; MARTINS, 2016).

De acordo com Mendonça (2000), somente em 1920 surgiria a primeira instituição universitária a Universidade do Rio de Janeiro, formada pela união dos cursos superiores existentes na Escola Politécnica, na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito.

No período que abrange entre 1843 e 1920, houve diversas tentativas, fracassadas, de implantação de entidades universitárias. Assim, somente em 1920 que se consolidou a criação de uma universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, que posteriormente mudou para Universidade do Brasil, pois deveria servir como modelo para todas as outras instituições universitárias que viriam a surgir. Já em 1965 a universidade recebeu seu nome atual Universidade Federal do Rio de

Janeiro. Conforme Neves e Martins (2016) até este período o sistema de Ensino Superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante e não tinha relação com atividades de pesquisa. As pesquisas eram realizadas nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmicos com o sistema de Ensino Superior existente.

Outra característica peculiar da educação superior no Brasil é o desenvolvimento precoce de um sistema de ensino privado paralelo ao setor público. Segundo Durham (2003) este fato ocorre ainda na Primeira República, de 1889 a 1930, o sistema se descentraliza e, ao lado das escolas federais, surgem outras, tanto públicas (estaduais ou municipais), quanto privadas. Isso ocorre mesmo que não se tenha universidades no Brasil, apenas escolas superiores autônomas centradas em apenas um curso.

A primeira universidade católica, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi criada em 1940. Entre 1946 e 1960 foram criadas dezoito IES públicas e dez IES privadas (NEVES; MARTINS, 2016).

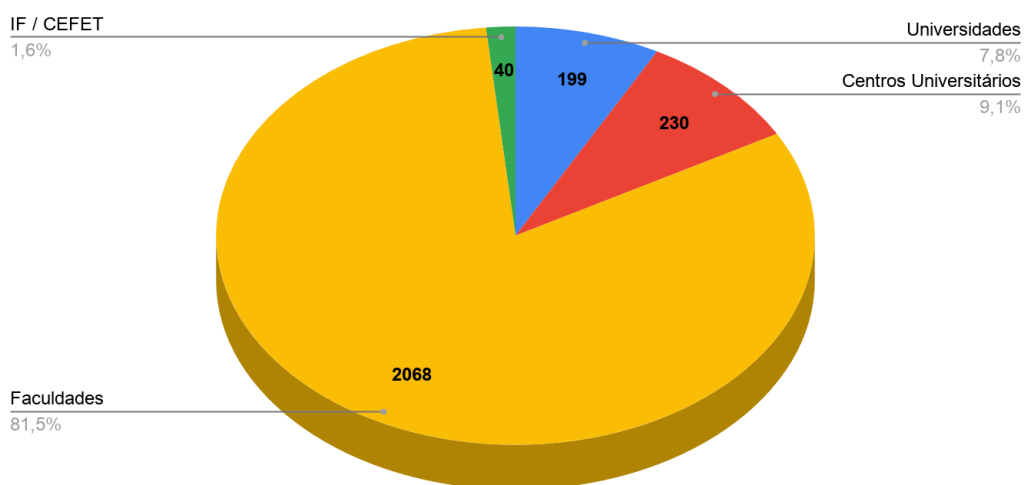
Ainda na década de 1960, o Ensino Superior adquire novas características. Não se trata mais, de fato, da coexistência de sistemas públicos e privados com missões e objetivos semelhantes como antes. Trata-se de um outro sistema que destrói a concepção dominante de Ensino Superior centrada na associação entre ensino e pesquisa, na liberdade acadêmica e no interesse público. Surge no Brasil, na década de sessenta, um outro tipo de estabelecimento: não confessional, não universitário e organizado como empresa que de maneira clara, tinha como objeto principal a obtenção de lucro, tratava-se, portanto, de um negócio (DURHAM, 2003).

Assim, como princípio orientador das políticas de Ensino Superior nas décadas de 1970 e 1980, o poder público optou por manter, no âmbito federal e estadual, universidades públicas gratuitas, caracterizadas como instituições multifuncionais, que deveriam associar ensino, pesquisa e extensão, com um número limitado de vagas. No setor privado, por sua vez, predominavam as faculdades isoladas voltadas apenas ao ensino e oferecendo cursos de baixo custo. Neste período a participação do setor privado na oferta de matrículas passou de 50,5% para 64,3% (Durham, 2003).

O Brasil consolidou, assim, seu sistema de Ensino Superior com dois segmentos bem definidos e distintos: um público e um privado, abarcando atualmente um sistema complexo e diversificado de IES públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas). Essa estrutura do sistema de ES foi posteriormente formalizada na Constituição Federal de 1988 e normatizada na Lei Nacional de Diretrizes e Bases de 1996. A gratuidade do ensino nas IES públicas foi garantida constitucionalmente (Brasil, 1988, Artigo 206).

O Ensino Superior é regido por normas e regulamentos do Ministério da Educação – MEC, e oferecido por instituições públicas ou privadas, credenciadas junto ao Ministério com diferentes organizações acadêmicas, como faculdades, centros universitários e universidades. Conforme dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no ano de 2018 o Brasil contava com 2.537 IES, com diferentes organizações acadêmicas conforme proporções apresentadas no gráfico 1, neste período 88,2% das IES são privadas (INEP, 2020).

Gráfico 1: Proporção entre organizações acadêmicas das IES - BRASIL - 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do Censo da Educação Superior 2018.

Mesmo com o crescimento da oferta de cursos superiores, a inserção da população na Universidade ainda é restrita, conforme o portal atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, página vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do estado do Rio Grande do Sul “No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE, a taxa de frequência escolar líquida, isto é, o percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta a Educação Superior para 2018 era de 25,2%.” A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é chegar a 33% em 2024, demonstrando assim possibilidades de maior crescimento das IES.

2.1.1 O Ensino Superior no Rio Grande do Sul

O Ensino Superior no Rio Grande do Sul surge seguindo o padrão tradicional do Brasil: seu início se dá com escolas e faculdades de nível superior isoladas que, posteriormente, foram agregadas para formarem as universidades. Nesse processo dois polos urbanos se destacaram, como iniciantes do movimento: Porto Alegre e Pelotas, no sul do estado, sendo constituído, principalmente, por instituições públicas e confessionais. Desde o início Porto Alegre, afirmou-se como polo para a formação superior em todo o estado do Rio Grande do Sul (NEVES, 1995).

Segundo Neves (1995), a Evolução do Ensino Superior no Rio Grande do Sul se deu em 4 fases, porém, no quadro 1, propomos uma quinta fase na evolução do Ensino Superior gaúcho.

Quadro 1: Caracterização do Ensino Superior no Rio Grande do sul, adaptado segundo Neves (1995)

1883 - 1930	1930 - 1960	1960 - 1990	1990 - 2000	2000- hoje*
1ª Fase Instalação	2ª Fase Centralização	3ª Fase Interiorização	4ª Fase Novos Modelos Regionais	5ª Fase Perfil Empresarial
Pelotas Porto Alegre	Porto Alegre	Santa Maria Ijuí Caxias do Sul Passo Fundo	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
Escolas Faculdades	Universidades UPA/URGS/ UFRGS/PUC-RS	Universidades Instituições Isoladas	Universidades multicampi Núcleos Universitários Instituições Isoladas	Instituições Isoladas com perfil empresarial Polos de Educação à Distância Universidades multicampi

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados de (NEVES,1995).

No início da primeira fase, do Império até 1889, houve uma tentativa de formar a Escola Imperial de Medicina e Veterinária e Agricultura Prática, criada em 1883, na cidade de Pelotas. Antes de iniciar o funcionamento foi fechada em 1885, reabrindo em 1888 com o nome de Liceu Riograndense de Agronomia, Artes e Ofícios (Neves, 1995).

Durante a Primeira República na cidade de Porto Alegre, já então Capital do Estado, foram criadas as primeiras Escolas de Ensino Superior: entre elas a Escola de Farmácia e de Química, criada em 1895 e, em seguida a Escola de Engenharia. Ainda no Século XIX, foram fundadas as Faculdades de Medicina e a Faculdade de Direito, em 1900, marcando assim o início dos cursos humanísticos no estado do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2020).

A segunda fase, período entre 1930 e 1960, Porto Alegre centraliza o Ensino Superior, sendo o novo polo de desenvolvimento econômico e de concentração urbana. Em 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre (UPA) que era mantida pelo governo do estado e, em 1948, foi criada a Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC-RS) (Neves, 1995).

Em 1946, na elaboração da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, foi apresentada a emenda propondo a transformação da Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) , com a incorporação de faculdades surgidas em Pelotas e Santa Maria. Concomitante, surge a proposta de Federalização da URGS, a federalização se concretizou em 1950, provocando posteriormente o desmembramento das unidades do interior, também já federalizadas (Neves, 1995).

Segundo o histórico da UFRGS (2020), em 1950 a Universidade do Rio Grande do Sul foi federalizada, passando para a esfera administrativa da União e, passou a se denominar Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, nesse mesmo processo houve a desincorporação da URGS com a criação, da Universidade de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

A terceira fase, segundo Neves, 1995, este período se dá entre 1960 e 1990 e corresponde à fase de interiorização do Ensino Superior, que em um primeiro

momento esteve presente à constituição de novas universidades, tanto públicas como privadas.

Conforme o Histórico da UFSM (2020), a Universidade de Santa Maria foi criada em 1960, e federalizada em 1965, representando um marco importante no processo de interiorização do ensino universitário público no Brasil e tornou o Rio Grande do Sul o primeiro Estado da Federação a contar com duas universidades federais sendo uma delas fora da capital do estado.

Em um segundo momento de interiorização do Ensino Superior o processo se dá a partir da criação de extensões fora de sede, assim se constituiu a ideia de Universidade Regional. No ano de 1971 foram proibidas as extensões fora de sede, restava às escolas e cursos implementados tornarem-se autônomos, em diferentes localidades este se transformou num importante projeto comunitário na forma de IES privadas, surgindo assim modelos regionais, com características como origem na própria comunidade, com caráter público não-estatal e ligado a uma mantenedora (Neves, 1995).

A partir dos anos 1990, segundo Neves (1995) surge uma quarta fase com novos arranjos institucionais através da integração de IES isoladas formando novas universidades multi *campi*, núcleos universitários e Instituições Isoladas.

Já na 5ª fase do desenvolvimento, o Ensino Superior gaúcho estruturou-se, com uma grande diversidade institucional. Além das universidades públicas (federais e estaduais) e universidades privadas (filantrópicas e comunitárias), neste período houve um notável crescimento de instituições privadas de perfil empresarial. Essas instituições estruturaram suas atividades, tendencialmente, a partir da oferta de formação profissionalizante. Segundo Neves e Martins (2016), o crescimento e a lucratividade do ensino superior privado têm atraído grupos de investidores estrangeiros e assiste-se, hoje, a formação de conglomerados educacionais que controlam centenas de milhares de matrículas no Brasil.

As IES públicas e as ICES se organizaram, como um modelo acadêmico fundamentado na qualidade do ensino e da pesquisa. Como pode ser visto no trecho de Neves e Martins (2016):

Essas instituições criaram estruturas acadêmicas que propiciaram a produção científica institucionalizada, desenvolveram cursos de pós-graduação *stricto sensu*, promoveram a profissionalização da

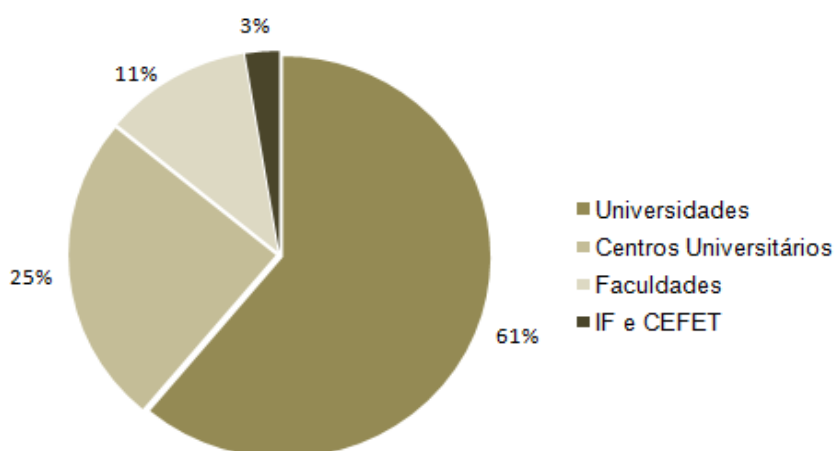
carreira acadêmica, adotaram o regime de tempo integral para seus docentes, preservaram a liberdade acadêmica, associaram as atividades de ensino e pesquisa e implantaram programas de iniciação científica em parceria com agências nacionais de fomento (NEVES; MARTINS, 2016).

Por outro lado, em relação às instituições privadas de perfil empresarial, atuam com ações mercadológicas.

[...] essas instituições estão basicamente voltadas para uma estrita formação profissional e empregam basicamente professores horistas com baixa titulação acadêmica, que se dedicam, em sua maior parte, às atividades de ensino. Predomina a ausência de estruturas de pesquisa e de pós-graduação stricto sensu consolidadas (NEVES; MARTINS, 2016).

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, no ano de 2018, o estado contava com 21 universidades, 8 centros universitários, 115 faculdades e 3 institutos federais de educação ciência e tecnologia. Essas instituições, no ano de 2018, tiveram 519.588 matrículas em cursos de graduação. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE, a taxa de frequência escolar líquida, isto é, o percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta a Educação Superior para 2018 era de 30,2%, no Rio Grande do Sul. Em 2018 estes alunos frequentam instituições organizadas academicamente conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2: Matrículas em cursos de Graduação Presencial e a Distância por Organização Acadêmica no RS - 2018



Fonte: MEC/CAPES in: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul

2.1.2 O Ensino Superior comunitário no Rio Grande do Sul

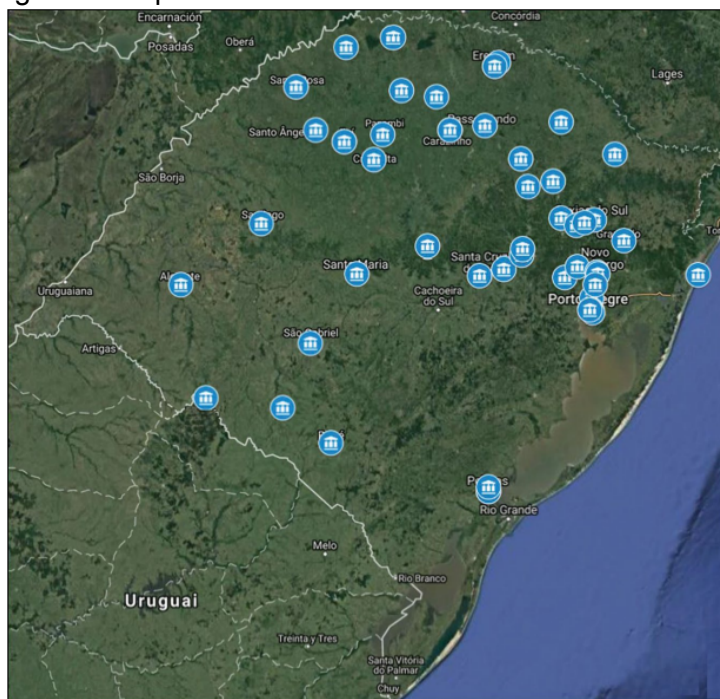
Em meados dos anos de 1980, a discussão sobre Universidades Comunitárias iniciou, sendo que a noção de comunitária deveria servir como defesa das instituições no debate em torno da distinção entre público e privado, e diante da tendência de se reservarem as receitas públicas apenas para as universidades públicas (NEVES, 1995).

No Rio Grande do Sul, em 1993, através de uma ação conjunta, um grupo de instituições firmou um protocolo constituindo o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG. O COMUNG foi criado com o objetivo de viabilizar um processo integrativo que resultasse no fortalecimento individual das instituições e no conseqüente favorecimento da comunidade universitária sul-rio-grandense e da sociedade gaúcha, consolidando outra modalidade de Ensino Superior: o ensino comunitário. Diferente das universidades públicas, mantidas pelo governo, e das privadas, que visam ao lucro, as universidades comunitárias constituem-se de um patrimônio público e são marcadas pelo forte vínculo com suas comunidades. Sem fins lucrativos, com gestão democrática e participativa, as universidades comunitárias são autênticas instituições públicas não estatais (COMUNG, 2020).

Constituído oficialmente em 27 de abril de 1996, o COMUNG é integrado por 15 Instituições Comunitárias de Ensino Superior - ICES, sendo considerado o maior sistema de Educação Superior em atuação no Rio Grande do Sul, formando uma rede de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (COMUNG, 2020).

Considerando os municípios do Rio Grande do Sul onde as ICES tem suas sedes, ou extensões, observa-se que as mesmas abrangem todas as regiões do Estado, assim como pode ser observado na figura 1, para criado pelo COMUNG, para ilustrar a representatividade das ICES no Rio grande do Sul.

Figura 1: Mapa das ICES no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: COMUNG (2018)

Segundo Grabowski, et. al.(2018), as ICES têm minimizado a distância entre os níveis educacionais e culturais nas diversas regiões do Rio Grande do Sul, alavancando o desenvolvimento em todas as áreas, principalmente das regiões fora da região metropolitana de Porto Alegre, e busca suprir as necessidades regionais, ofertando educação de qualidade a um custo adequado. Por isso, entende-se que a parceria com o COMUNG foi um reconhecimento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e do governo estadual ao esforço da comunidade gaúcha, pioneira na implantação do modelo comunitário.

Hoje, as quinze instituições que compõem o COMUNG são: Universidade Franciscana (UFN); Universidade Feevale; Centro Universitário Metodista (IPA); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RS); Universidade de Caxias do Sul (UCS); Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ); Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Centro Universitário La Salle (UNILASALLE); Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES); Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); Universidade de Passo Fundo (UPF);

Universidade da Região da Campanha (URCAMP); e, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

Em 2013 foi aprovada a Lei nº 12.881/2013, que caracteriza as Instituições Comunitárias de Educação Superior como organizações da sociedade civil brasileira que possuem, cumulativamente, as seguintes características:

- I estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público;
- II patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;
- III sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
 - b) aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
 - c) mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
- IV transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º;
- V destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere (BRASIL, 2013).

Conforme Helfer (2018), Presidente do COMUNG e Reitora da Unisc, o Consórcio oferece 1.527 cursos de graduação e pós-graduação e conta com quase 181 mil alunos, atendidos por 8.802 professores e mais de 10.800 técnicos administrativos. As instituições integrantes do COMUNG oferecem, juntas, 75 doutorados e 132 mestrados, tendo em seu corpo docente, quase 90% dos docentes com titulação *stricto sensu*. Juntas, as instituições contam com oito parques tecnológicos, doze incubadoras de empresas, nove incubadoras sociais, dez agências de inovação e tecnologia e mais de 3.400 laboratórios para apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão. Em 2018 foram registrados mais de 3.353.540 atendimentos prestados à comunidade nas áreas de saúde, arte e cultura, educação, esporte e assistência jurídica. As Instituições executam, todos os anos, mais de 1.200 projetos de extensão e mais de 4.000 projetos de pesquisa. Iniciativas que possibilitam uma aproximação das IES com a população, desempenhando um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, as ICES são importantes organizações que atendem e influenciam as comunidades onde estão inseridas cumprindo com a finalidade disposta na Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A educação superior, conforme a LDB tem entre outras finalidades, estimular o conhecimento

dos problemas nacionais e regionais e prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidades.

A gestão do Consórcio é realizada através de uma diretoria, eleita entre os reitores das instituições que o compõem, para mandato de dois anos. A diretoria é formada por: um presidente; dois vice-presidentes; um secretário; e, um tesoureiro. Também faz parte da composição da diretoria do consórcio um conselho fiscal, também eleito, com um presidente e um vice-presidente. O COMUNG tem em sua estrutura um escritório em Porto Alegre/RS.

Além do COMUNG, as ICES também contam com um órgão representativo a nível nacional, a ABRUC. A ABRUC é a Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior, fundada em 1995, tem sede em Brasília, e conta atualmente com 68 instituições, sendo que essas ICES, para associação, devem apresentar conceitos de 3 a 5 no índice geral de cursos – IGC. A ABRUC tem como objetivos promover, consolidar e defender os conceitos de faculdade, centro universitário e universidade comunitária, e tem atuado no cenário educacional brasileiro, participando de diversos fóruns oficiais e organizando eventos e seminários em todo o país (ABRUC, 2020).

As Instituições associadas à ABRUC têm função pública não estatal, consistindo de serviço público, sem fins lucrativos e interesse coletivo, com patrimônio pertencente a uma comunidade, com aplicação integral dos resultados operacionais e subvenções na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, sem nenhuma distribuição de dividendos, bonificações, em suas manifestações, publicações e relacionamento oficial com o governo (ABRUC, 2020).

2.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A história da EA é bastante recente, sendo que as primeiras discussões relacionadas à temática aconteceram somente na década de 60, quando emergiu a crise de ordem ambiental, devido à industrialização. Rachel Carson, alertou, em seu livro Primavera Silenciosa em 1962, que a humanidade estava em perigo em relação à qualidade de vida.

Em 1968, reuniu-se um grupo de pessoas ilustres (O Clube de Roma) para debater sobre assuntos de ordem política, econômica e sobretudo ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A partir desta década, as preocupações relacionadas à crise ambiental e o futuro da humanidade passaram a ser não somente de especialistas, mas também de toda a sociedade.

Contudo, somente na década de 70 a Educação Ambiental realmente foi concebida. Ela se dá a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment*), esta foi a primeira reunião de chefes de estado organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), para tratar de questões relacionadas a degradação do meio ambiente. Nesta conferência é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1977, aconteceu a primeira conferência intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi, na Rússia, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o apoio do PNUMA. A partir desta discussão é gerado um documento no qual constam os objetivos, funções, estratégias, características, princípios e recomendações da Educação Ambiental, que, até hoje, servem como base para a prática dos educadores ambientais no mundo inteiro.

Posteriormente em 1987, foi publicado um documento, elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e o Desenvolvimento, o Relatório Brundtland, documento intitulado de Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), nesse documento o desenvolvimento sustentável é concebido como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Iniciativa anterior a Agenda 21 Global, que foi iniciada em 1989 e aprovada em 1992, durante a segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992.

A Agenda 21 sofreu alguns ajustes e revisões, primeiramente na conferência Rio + 5, que ocorreu em 1997 na sede da ONU em Nova Iorque e, posteriormente foi adotada uma agenda complementar denominada de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (*Millenium development goals*) nos anos 2000 e, mais

recentemente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015, que tem como um dos objetivos “curar e proteger o planeta através de medidas transformadoras que são indispensáveis para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente”.

Entretanto, isso exige um repensar sobre a forma como está estruturada e como funciona a sociedade, a relação do homem com o meio natural, o modo de vida, o modo de produção, de consumo e as técnicas aplicadas, no sentido de reaproximar o homem da natureza (BIHR, 1999).

2.2.1 Educação Ambiental no Brasil

No Brasil, a Educação Ambiental, segundo Loureiro (2004, p. 75), “marcou sua entrada institucional pelas secretarias e órgãos governamentais ambientais em meados da década de 70”. assumindo um caráter “convencional”, juntando conceitos de educação com um ambientalismo conservacionista e ecologista. Uma das primeiras iniciativas tomadas para discutir os problemas ambientais no Brasil foi a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), e no âmbito federal foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), contemplando a EAI e definindo assim o seu papel no contexto brasileiro. Contudo, Reigota (1995) conta que os primeiros encontros de Educação Ambiental foram realizados em São Paulo, no início da década de 1980, e também se constituíam em movimentos pautados por concepções ecologistas.

Na década de 1980, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresentou uma resolução, estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental. Este processo foi se intensificando por meios legais, de modo que instituíram a necessidade de incluir conteúdos ecológicos nos de diversos níveis de formação educacional, proporcionando a criação de vários cursos universitários que incluíam a Educação Ambiental em seus currículos. Também é aprovado, pelo MEC, o Parecer nº 226/87, que passou a considerar necessária a inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e 2º graus (BRASIL, 1988).

A Constituição Brasileira de 1988 destaca a necessidade de promover a Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

Em 1999 a Lei 9.795 dispõe sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que dispões a EA como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Ainda, segundo a PNEA, entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Atualmente, podemos observar que há uma grande e crescente produção de projetos, pesquisas e propostas teóricas, produzidos por diferentes segmentos da sociedade, tais como: escolas, universidades, ONGs e diferentes grupos sociais. Em 2016, último censo realizado pela capes, no Brasil, existiam mais de 796 grupos de pesquisa cadastrados com o termo “Educação Ambiental” seja no nome do grupo, no nome da linha de pesquisa ou na palavra chave da linha de pesquisa, conforme dados do diretório de grupos de pesquisa na Brasil (CAPES, 2020).

Como campo teórico, a EA tem sido determinada de forma diferente por diversos autores, com discursos e referenciais teóricos diversos, elaborando muitas formas de gerar e praticar a ação educativa neste campo.

A EA é revelada como uma das possíveis formas de proporcionar uma melhor qualidade de vida, através de propostas educativas que causem mudanças nas relações socioambientais. No entanto, um dos problemas que configuram as ações em Educação Ambiental, são as propostas e projetos que não garantem conhecimento das causas ambientais, levando a um reducionismo que simplifica suas ações. Desta forma, Carvalho (2004), menciona que o termo Educação

Ambiental vem sendo utilizado de forma ingênua, como uma expressão que acolhe tudo sob a perspectiva de boas práticas ambientais”.

Assim, a EA surgiu com uma concepção de meio ambiente restrita às dimensões de cunho naturalista sem levar em conta que o ser humano, que também é um ser biológico, tem grande representatividade na degradação ambiental, Carvalho (2006) reconhece que a:

EA surge em um terreno marcado por uma tradição naturalista. Superar essa marca, mediante a afirmação de uma visão socioambiental, exige um esforço de superação da dicotomia entre natureza e sociedade, para poder ver as relações de interação permanente entre a vida humana social e a vida biológica da natureza (CARVALHO, 2006, p. 37).

Esta teoria que separa a natureza da vida humana fundamenta-se numa perspectiva naturalista, nesta vertente o ser humano é visto como um ser genérico, afastado do contexto ambiental.

Em 2002, Layrargues chama a atenção para outro aspecto relacionado à EA:

[...] aquilo que já era consagrado como “educação ambiental”, alguns educadores resolveram atualmente renomear com novos termos definidores. Surgiram então, no Brasil e no mundo, novas adjetivações para a prática educativa relativa ao meio ambiente na década de 90: além da educação ambiental, fala-se agora em educação para o desenvolvimento sustentável, Neal (1995), Ecopedagogia, Gadotti (1997), educação para a cidadania, Jacobi (1997a) e finalmente, educação para a gestão ambiental, Quintas e Gualba (1995). (LAYRARGUES, 2002 a, p. 88)

Quanto a propagação de novas formas de denominar a EA, faz-se necessário uma reflexão para a uma melhor compreensão dessa questão, uma vez que estas concepções estão sendo pedagogicamente desenvolvidas e direcionando-se em concepções teóricas e metodológicas diversas, reúne-se uma disputa por conceitos e novas identidades, porém, “para se praticar uma educação voltada à formação e ao exercício da cidadania não é necessário que se altere o nome de uma prática consagrada, já que ela contempla esta dimensão” (LAYRARGUES, 2002 a, p. 103).

Para corroborar com as ideias de Layrargues, Tozoni-Reis (2007), destaca que as práticas de Educação Ambiental podem ser classificadas e denominadas em diferentes categorias e diversas delas resultam em diferentes práticas educativas ambientais, podendo ser sintetizadas em grandes grupos:

[...] a educação ambiental como promotora das mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados – de fundo disciplinatório e moralista – a educação ambiental para a sensibilização ambiental – de fundo ingênuo e imobilista; a educação ambiental centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza – de caráter ativista e imediatista; a educação ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência uma relação mais adequada com o ambiente – de caráter racionalista e instrumental; e a educação ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a00 construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social - a educação ambiental transformadora e emancipatória (TOZONI-REIS, 2007, p. 179).

Desta forma, conforme a autora, o conceito de EA pode ser utilizado, sem perdas no seu sentido e de maneira adequada, mesmo que seja praticada e formulada a partir de diferentes abordagens teórico-práticas e por diferentes grupos sociais, mesmo que tenham interesses contraditórios, histórico social e politicamente determinados. Assim, fica explícita a necessidade de uma rigorosa e elaborada reflexão, a respeito dos fundamentos teóricos da Educação Ambiental, por parte dos docentes, para determinar a maneira em que serão concebidas estas práticas educativas.

Ainda que, inúmeros documentos oficiais valorizam como dever da Educação Ambiental, principalmente, as questões referentes à degradação dos “recursos naturais” do planeta. Assim como colocado por Layrargues (2002b), ao discutir o “cinismo da reciclagem”, chama a atenção para os ideais conservacionistas e recursistas que são proclamados em diversos documentos internacionais como podemos apreciar no fragmento a seguir:

[...] o discurso ecológico oficial, que divulga seus ideais sobre a questão do consumo através da Agenda 21, entende que o consumo é insustentável. É fundamental perceber que a compreensão do problema é diferente para os dois modelos discursivos: enquanto a posição ideológica do discurso alternativo é radical e subversiva, a posição do discurso oficial é moderada e conservadora, na medida em que qualifica o consumo como insustentável, pressupondo, assim, a possibilidade da existência de um consumo sustentável. O consumo sustentável é propiciado pela aliança da reciclagem com as tecnologias limpas e eficientes. A ideologia hegemônica permite a crítica ao consumo insustentável porque hoje existe um consumo sustentável; no entanto, não se permite a crítica ao consumismo,

pois a frugalidade representa uma subversão perigosa demais ao sistema econômico dominante (LAYRARGUES, 2002 b, p. 183).

Esta concepção se enquadra na “corrente conservacionista/recursista”, na qual encontramos uma preocupação com a “administração do meio ambiente”. Desta mesma maneira, pode ser analisada no trecho a seguir, no qual Sauv  (2005) define a Educa o Ambiental como uma proposta centrada na

[...] conserva o dos recursos, tanto no que concerne   sua qualidade quanto a sua quantidade: a água, o solo, a energia, as plantas (principalmente as plantas comestíveis e medicinais) e os animais (pelos recursos que podem ser obtido deles), o patrimônio genético, o patrimônio construído, etc. Quando se fala de conserva o da natureza, como a biodiversidade, trata-se sobretudo de uma natureza-recurso (SAUVÉ, 2005, p. 19).

De acordo com Sauv  (2005), se esta proposta for desenvolvida sem uma reflexão crítica e politizada acerca da sociedade tal como está posta, acabará, subliminarmente, por legitimar o consumo e a produ o numa perspectiva econ mica, o que contribui para o aumento da problemática ambiental e para a reprodu o e acumula o do capital.

Contudo, para Sato (2001) a produ o do conhecimento deve ser validada e apropriada pelos grupos sociais. A dimensão ambiental deve ser transversalizada nas diversas áreas do conhecimento, respeitando as organiza es, os objetos e as necessidades das múltiplas rela es, a autora também ressalta que “a transversalidade e a interdisciplinaridade são paradigmas, de constru o democrática e muitas vezes, de morosidade complexa.” Necessidades que se estabelecem na ruptura do individualismo, adentrando uma dimensão coletiva, normalmente difícil de se estabelecer.

Alguns autores e obras encontrados na literatura em Educa o Ambiental têm se dedicado a problematizá-la na perspectiva dialógica e crítica, esses vem trazendo valiosas contribui es para (re)significar conceitos e fundamentos da EA, no sentido de separar os diferentes conceitos e epistemologia no processo de constru o do seu campo teórico efetivo.

Como   o caso de Loureiro (2006, p. 136) quando o autor afirma que “a constru o de um paradigma que se afirme ecológico não se esgota em mudança na forma de pensar”; no entanto, isso significa dizer que romper com um paradigma

faz parte de um projeto a ser concretizado pelos educadores ambientais, tendo como objetivo o desmonte do modelo de sociedade vigente. Em resumo, entendemos que a Educação Ambiental, enquanto processo educativo voltado para a prática social do sujeito, tem que assumir a necessidade de rompimento com o paradigma hegemônico. Entretanto,

[...] em termos políticos e pedagógicos, o resultado direto dessa forma de pensar é a aceitação de que a mudança ocorre dentro do sistema, mas não do sistema. O que representa querer mudar indivíduos sem mudar instituições, construir um novo mundo sem romper com o capitalismo, educar para uma boa conduta sem que sejamos críticos e reflexivos cotidianamente e agentes da transformação societária. Posições frágeis que esvaziam a historicidade humana e reforçam a linearidade na leitura do mundo (LOUREIRO, 2006, p. 140-141).

De acordo com o autor, esses pressupostos educativo-pedagógicos nos asseguram condições de construir uma pedagogia histórico-crítica para a Educação Ambiental. Assim, garante a apropriação crítica de saberes que garantam condições de realizar práticas sociais sustentáveis, do ponto de vista social e ambiental.

Nesse contexto, a Educação Ambiental crítica é articulada para a formação humana com a concepção de ambiente relacionando os aspectos sociais, históricos, políticos e ambientais, o ambiente compreendido como concreto é pensado, como formado pelo todo e com múltiplas determinações”:

[...] o ambiente não é, pois o meio que circunda as espécies e as populações biológicas, é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, como também novos potenciais produtivos (Leff, 2001, p. 224).

Desta forma, a concepção crítica da Educação Ambiental, em resumo, compromete-se como a ação de moldar sujeitos ambientalmente responsáveis, cujo compromisso social, histórico e político é objetivado na construção de sociedades sustentáveis.

2.2.2 Educação Ambiental no Ensino Superior

A resolução N° 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental determinam, em seu artigo 9, que:

Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica (BRASIL, 2012).

Na Instituição de Ensino Superior está concentrada grande parte da responsabilidade em disseminar a Educação Ambiental, Ainda que a obrigação, deste estudo não é recente, porém ainda existem diversas lacunas quando se fala de Educação Ambiental em Universidades. Assim, conforme Verdi e Pereira (2006), em pesquisa realizada na Universidade Regional de Blumenau (FURB) os autores perceberam que existem inserções de temas ambientais nas atividades de ensino da universidade, porém estas ações são fragmentadas e muito incipientes, não havendo uma formação integral e efetiva voltada à Educação Ambiental.

Para Lima (2002) a educação não é a única responsável para resolver a crise ambiental, como também os meios econômicos, políticos, científicos, técnicos e éticos. Porém a universidade é encarregada da capacitação ao exercício profissional, sendo ela responsável por gerar, mediar e difundir o conhecimento técnico-científico e humanístico.

Para superar esta crise, de acordo com Guimarães e Inforsato (2012), é necessária a transcendência do saber científico fragmentado e especializado, além da qualificação dos profissionais do ensino em relação às questões ambientais, para que sua ação docente seja efetiva.

Silva (2007) fortalece que, a influência da universidade na formação dos futuros profissionais de diversas áreas é uma das grandes oportunidades para inserir, ou robustecer a sensibilidade ambiental. Sendo que, os conceitos que os indivíduos desenvolvem durante o Ensino Superior influenciarão nos seus futuros pareceres científicos ou técnicos, como sendo agressivos ou protetores ao meio ambiente.

Nesta mesma perspectiva Carniatto e Steding (2015) afirmam que as Universidades são os principais meios para gerar ações que tenham como objetivo identificar e desenvolver metodologias, táticas, propostas de ação e produtos que resgatem o respeito pelas leis que governam o equilíbrio ambiental, para o desenvolvimento e prática da sustentabilidade.

Para isso, é necessário que as universidades estejam preparadas para receber e formar seus profissionais, pois conforme Dias (2001), em várias IES, os cursos, principalmente de licenciatura não abordam, adequadamente, a dimensão ambiental nos seus currículos, formando assim, profissionais despreparados para trabalharem a Educação Ambiental nas suas respectivas áreas de atuação.

Para Guimarães e Tomazello (2003) a maneira como a universidade é organizada, por departamentos, e o aspecto histórico de sua estrutura fazem prevalecer a valorização das especificidades e excluir as posições pluralistas, dificultando a abordagem interdisciplinar, que é orientada pela Educação Ambiental.

Outra definição importante de ressaltar é o fato de as universidades trabalharem os conteúdos das disciplinas presentes nos currículos dos cursos universitários, de maneira fragmentada e isolada do contexto sistêmico, para Noal (2006) esta metodologia adotada dificulta a capacidade de raciocinar os problemas concretos, ocasionando certa alienação perante a realidade atual, cujas mudanças ocorrem de forma rápida e constante.

Considerando ainda a organização da IES, em departamentos Leff (2001) aponta que as divisões na instituição estimulam o poder e as afirmações de identidade intelectual, estabelecendo uma importância superior em relação à interdisciplinaridade exigida para uma formação ambiental dos profissionais. Em contrapartida, Morin (2002) reforça que é necessário problematizar e refletir sobre a organização universitária e sua forma de pensar, para que profissionais sejam formados com uma visão plena dos problemas ambientais e que possam atuar como cidadãos responsáveis e participativos.

As Instituições de Ensino assumem um papel fundamental na formação de novas ideias e quebra de paradigmas. Conforme Barbosa Et al. (2010) é imprescindível que as Instituições de Ensino incorporem novos procedimentos administrativos e acadêmicos, visando à concepção do desenvolvimento

sustentável. Ainda conforme os autores, as Universidades devem ser o berço de iniciativas que promovam ações na busca do equilíbrio entre a produção de bens e serviços e a qualidade de vida e ambiental.

Sendo a universidade um local de pesquisa e um centro de educação técnica superior, torna-se a maior responsável pela introdução do conhecimento ambiental nos futuros profissionais. Desta forma, a educação superior deve possibilitar o acesso aos fundamentos teóricos e práticos relacionados à perspectiva ambiental, atendendo às exigências atuais do mercado de trabalho, necessitando de uma análise, redefinição e adequação nos processos de formação. Conseqüentemente, as universidades precisam superar o paradigma dominante juntamente com suas fragilidades, a fim de incorporar a Educação Ambiental nos projetos pedagógicos de cada curso (MORALES, 2009).

Santos e Sato (2006) acrescentam outras informações relevantes sobre as funções das universidades perante a sociedade e o meio ambiente:

O papel da Universidade, considerada como produtora de conhecimento mais elaborado, deve também assumir um compromisso mais social, corroborando para que a liberdade do sujeito aprendiz encontre novas formas de ultrapassagens às violências vivenciadas por nossa era. O procedimento legítimo não é escolher um caminho entre 'conservação (desejos)' e 'dilemas sociais (necessidades)', senão buscar a aliança entre estas duas dimensões (SANTOS; SATO, 2006, p. 32).

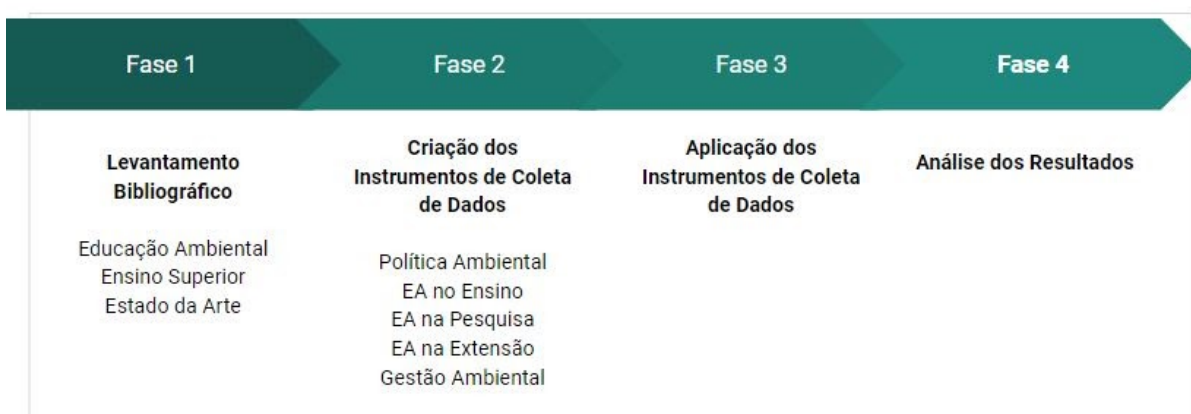
De acordo com Castro (2001), ainda que a universidade tenha grande importância na produção de conhecimentos e na responsabilidade das transformações socioambientais, ela apresenta uma evolução lenta e, com isso, impede de propiciar efetivamente a mudança da realidade.

3 METODOLOGIA

A definição da metodologia faz parte da rotina acadêmico-científica e auxilia, tanto o pesquisador como o leitor, a nortear os princípios que acompanharão a execução da proposta até o fim. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 12), “metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo”.

Com base nisso e visando apresentar de forma clara a trajetória trilhada a partir dos objetivos definidos para esta investigação, a metodologia da pesquisa é apresentada em quatro fases como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2: Organograma das etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Nas seções seguintes deste capítulo serão descritas as caracterizações da pesquisa, objetos e abrangência da pesquisa e a metodologia de análise de dados, cabe ressaltar que, antes da aplicação dos instrumentos de pesquisa, o projeto foi encaminhado e aprovado pelo comitê de ética, através da Plataforma Brasil, CAAE 13192219.5.0000.5347 e obteve sua aprovação junto ao CEP UFRGS sob o parecer de nº. 3.634.289.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para classificar a pesquisa segundo sua metodologia, apoiou-se nas ideias de Silveira e Córdova (2009) que dizem que qualquer pesquisa científica pode ser classificada quanto à abordagem, natureza, objetivos e procedimentos.

Quanto à abordagem, esta pesquisa será tanto quantitativa quanto qualitativa. Segundo Fonseca (2002), esta utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. Ainda que para Silveira e Córdova (2009), quando uma pesquisa se preocupa com aspectos da realidade não devem ser quantificadas, esta pesquisa deverá preocupar-se com a compreensão e a explicação dinâmica das relações sociais fazendo dela qualitativa. Mas por outro lado esta pesquisa também irá quantificar as ações com base na análise dos dados brutos, recolhidos com auxílio de instrumentos padronizados e neutros.

Diante da complexidade de um determinado fenômeno a escolha por uma única forma de abordagem pode reduzir o campo de visão do pesquisador, comprometendo a análise dos resultados. Portanto, Dal-Farra e Lopes (2013) consideram que os métodos mistos de pesquisa são adequados para as investigações na área da Educação, por permitirem a observação do fenômeno sob diferentes perspectivas, de acordo com a necessidade.

No que se refere à natureza da pesquisa, é uma pesquisa fundamental, pois objetiva-se em gerar conhecimento para a compreensão das formas de Educação Ambiental nas universidades e refere-se a um estudo destinado a aumentar a base de conhecimento científico.

Conforme Gil (2007), esta pesquisa classifica-se como exploratória por ter como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, envolvendo: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Pela análise de Fonseca (2002) esta pesquisa terá diversos procedimentos sendo eles: pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites; pesquisa documental em fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas, estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, etc.; e ainda terá um procedimento de pesquisa de campo, caracterizando-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, são coletados dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

Para a pesquisa de campo foram utilizados formulários da Plataforma Google, estes formulários foram criados pela autora a partir de conhecimentos adquiridos em leituras e vivências. Os formulários dividem-se conforme os eixos de uma universidade para facilitar o acesso dos pesquisados. Assim, para esta pesquisa foram utilizados cinco (5) modelos de formulários. Cada instituição foi convidada a responder a todos eles. No quadro 2, pode-se verificar o eixo da pesquisa de cada um dos formulários e uma proposta de setor a ser pesquisado, porém, o formulário pode ser respondido por qualquer técnico administrativo ou docente que detenha as informações necessárias relacionadas com cada um dos eixos pesquisados.

Quadro 2: Resumo com proposta de setor a ser pesquisado.

Tabela resumo dos formulários		
Formulário	Eixo da pesquisa	Proposta de Pesquisado
Apêndice B	Política Ambiental	Gabinete da Reitoria
Apêndice C	Ensino	Pró-reitoria de Ensino
Apêndice D	Pesquisa	Pró-reitoria de Pesquisa
Apêndice E	Extensão	Pró-reitoria de Extensão
Apêndice F	Gestão Ambiental	Pró-reitoria de administração

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

3.2 OBJETO DE ESTUDO E ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

A seleção do objeto e da abrangência de uma pesquisa é um fator importante na elaboração do projeto de pesquisa, pois assim ficará delimitada a constituição do estudo, onde vai ocorrer, quando e quem serão os convidados a

participar. Assim, Yin (2015), relaciona que a seleção das unidades de análise deve ser intencional, analisando os critérios que possam fortalecer as respostas aos questionamentos do problema de pesquisa e contribuir para o estudo.

Considerando o problema em questão, **“como as Instituições de Ensino Superior, no âmbito de ensino, pesquisa, extensão e gestão, concretizam ações para a promoção da Educação Ambiental, em atendimento às normas instituídas pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)?”** A pesquisa teve como objeto de estudo um grupo de instituições comunitárias de ensino superior do Rio Grande do Sul. Estas Instituições estão associadas através do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG, sendo ao todo 15 instituições.

Quanto à abrangência, a pesquisa contemplou os gestores das ICES associadas ao COMUNG. O entendimento é de que pela amplitude da pesquisa os gestores e/ou pró-reitores poderiam direcionar a pesquisa para docentes ou técnicos administrativos, sendo eles, pela visão da instituição, os mais indicados a responder os formulários.

Assim, todas as 15 ICES foram convidadas a participar da pesquisa, o contato ocorreu através de e-mail com carta de apresentação da pesquisa (Apêndice G), enviados aos reitores e seus/suas secretários(as), aos setores de projetos e em última instância às ouvidorias, solicitando a autorização para a co-participação na pesquisa, os e-mails foram encaminhados no mês de agosto de 2019. Das 15 instituições convidadas, sete assinaram a solicitação de participação no estudo e uma relatou que no momento não poderia participar da pesquisa, enquanto as outras sete instituições não retornaram a solicitação. ‘

Cada instituição convidada a participar da pesquisa foi vinculada aleatoriamente às quinze primeiras letras do alfabeto, da letra “A” até a letra “O”. Conforme o quadro 3.

Quadro 3: Instituições convidadas a participar da pesquisa e seus respectivos retornos.

Instituições Convidadas a Participar da Pesquisa		
ICES	Retorno de Participação	Participação efetiva
A	Participante	Sim

B	Participante	Sim
C	Participante	Sim
D	Participante	Em Partes
E	Participante	Em Partes
F	Participante	Não
G	Participante	Não
H	Não Participante	Não
I	Não Retornou	Não
J	Não Retornou	Não
K	Não Retornou	Não
L	Não Retornou	Não
M	Não Retornou	Não
N	Não Retornou	Não
O	Não Retornou	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados e informações ocorreu através de formulário eletrônico. A análise documental foi realizada através de investigação nos registros documentais do COMUNG, acessados pela internet, através do site do COMUNG e nos sites das instituições participantes.

Após a análise documental foram elaborados os formulários para coleta de dados, a pesquisa foi proposta em formulário eletrônico para que o pesquisado não precisasse se identificar, evitando assim riscos de se expor e para que ele pudesse ter maior flexibilidade ao responder aos questionamentos.

A elaboração dos formulários eletrônicos, com o objetivo de coletar as informações junto às ICES, foi embasada nos objetivos específicos desta dissertação. Esse contemplou inicialmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Apêndice H), somente após o aceite do termo o pesquisado seguia para a aba seguinte, na qual eram solicitadas informações gerais da ICES, como, nome da instituição e setor que estaria respondendo aos questionários. A

segunda parte da pesquisa contemplou 5 perguntas formuladas com a intenção de atingir os objetivos propostos.

As perguntas eram objetivas, sendo a resposta sim ou não, tendo um espaço para o pesquisado ampliar as informações e também um espaço específico para anexar, caso desejasse algum link.

As pesquisas foram realizadas no período que compreende entre novembro de 2019 a maio de 2020, os formulários foram enviados por email aos participantes que foram sugeridos pela ICES, no momento do retorno da carta de coparticipação na pesquisa assinada.

Os pesquisados foram informados sobre o objetivo da pesquisa e o sigilo, quanto a não identificação dos mesmos. Desta forma, não serão divulgados os nomes das ICES participantes, na análise dos resultados, para manter o anonimato dos entrevistados e o sigilo das informações.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para identificar as ações de Educação Ambiental presentes nas ICES realizadas nos eixos de ensino, pesquisa e extensão, assim como na Política na gestão ambiental, foram adotadas as três etapas que Bardin (2011) elege como essenciais na organização da análise de conteúdo: *pré-análise; exploração do material e interpretação inferencial*. Apesar de a autora propor essas etapas, isso não quer dizer que sejam estanques, compartimentalizadas e rígidas. Pois, a autora ressalta que as etapas podem ser flexíveis, permitindo a introdução de novos procedimentos no decurso da análise, na medida em que foram realizadas, percebe-se que estão totalmente articuladas, sobretudo aos objetivos propostos. Moraes (1999) entende que a análise de conteúdo se constitui num instrumento versátil, podendo ser adaptado a uma grande diversidade de pesquisas, onde cada pesquisador é desafiado a tentar encontrar a forma de sua utilização nas áreas específicas de seu trabalho.

A pré-análise é a fase de organização, sistematização e operacionalização das idéias iniciais da investigação, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas. Delimitamos como documentos

para análise, dados encontrados nos sites oficiais das ICES, assim como os dados e documentos fornecidos em pesquisa realizada em formulários google.

Na fase da pré-análise, foram lidas e analisadas todas as respostas obtidas a partir da coleta de dados, via formulários Google e também os documentos e escritos da página oficial da ICES, para na sequência proceder com uma análise mais criteriosa, resultando em recortes das respostas que formam o *corpus* de análise. As respostas foram separadas e dispostas em planilhas, de acordo com os objetivos da pesquisa, as suas categorias e o referencial teórico.

Para esta pesquisa, destacamos que a categoria foi pré-estabelecida: **Política Ambiental em Instituições de Ensino Superior; Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior; Educação Ambiental no Ensino de Instituições de Ensino Superior; Educação Ambiental na Pesquisa de Instituições de Ensino Superior e; Educação Ambiental na Extensão de Instituições de Ensino Superior**

Desta forma, o objetivo principal é identificar e analisar as ações ambientais desenvolvidas nas ICES, para assim podermos quantificar e interpretar os fatores que indicam essas ações no cotidiano acadêmico e na comunidade em que a instituição está inserida. Sobre esse aspecto, Bardin (2011, p. 119) salienta que no processo de categorização podemos assumir que: “o sistema de categorias é fornecido e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados”.

A coleta de dados foi realizada nas ICES, buscando atingir uma amostra significativa e representativa. Neste caso, o intento não foi o de buscar apenas uma representação quantitativa, mas também uma representação qualitativa. Uma vez que o objetivo da pesquisa é de atingir em quantidade, qualidade e diversidade de dados que estivessem à altura dos projetos que atuam nas relações de ensino, pesquisa e extensão e também na política ambiental e na gestão ambiental das instituições.

A segunda etapa foi criteriosamente analisada, com o cuidado de não omitir nenhum dado ou informação, gerando para cada categoria teórica os aspectos evidenciados nos conteúdos das respostas obtidas.

Como última etapa, os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Nesta fase, os aspectos evidenciados na pesquisa foram relacionados com a teoria, objetivando a inferência dos resultados entre a teoria e os indicativos empíricos, para interpretação conforme proposto pelo estudo.

Apresentados os aspectos metodológicos adotados para o desenvolvimento do projeto, no próximo capítulo é apresentada a análise dos resultados para cada categoria da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a abordagem de temas ambientais e a promoção da Educação Ambiental em Instituições Comunitárias de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, identificar as ações nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo. Na primeira etapa apresentou-se um estudo do tipo estado da arte, que foi apresentado no XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), ocorrido na cidade de Natal -RN no período de 25 a 28 de junho de 2019. O trabalho “Estado da arte: a abordagem do tema ambiental e a formação do profissional e do cientista de nível superior socialmente responsável”, foi o primeiro resultado da pesquisa e seus dados foram utilizados como base para a pesquisa.

A segunda etapa buscou conhecer sobre a Política Ambiental da ICES, a terceira, identificar o quanto a Gestão Ambiental é eficiente na ICES, a quarta, quais e como são as ações ambientais desenvolvidas no âmbito de ensino, a quinta, conhecer as ações no âmbito da pesquisa e, a sexta, buscou identificar as ações ocorridas no âmbito de extensão nas ICES.

Para manter o anonimato dos entrevistados e o sigilo das instituições, cada instituição participante foi vinculada aleatoriamente às sete primeiras letras do alfabeto, da letra “A” até a letra “G”, assim, as informações serão apresentadas pela letra atribuída.

Para a apresentação da análise, a seguir são apresentados os resultados de acordo com os objetivos da pesquisa e a relação teórica.

4.1 ESTADO DA ARTE: A ABORDAGEM DO TEMA AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL E DO CIENTISTA DE NÍVEL SUPERIOR SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

Esta seção, mesmo fazendo parte dos resultados, possui uma metodologia própria, pois se trata de um recorte de uma pesquisa apresentada no Encontro Nacional de Educação em Ciências (ENPEC) e foi divulgada na ata do referido evento, no ano de 2019. O Artigo na íntegra pode ser apreciado no anexo A.

Para esta pesquisa foi realizada uma busca por artigos publicados nos anais do evento ENPEC e na revista RBPEC, utilizando como descritor o termo “ambiental” no título do artigo. Já na plataforma CAPES as buscas ocorreram com os seguintes descritores: “Educação Ambiental”, “Educação Ambiental” AND “Universidade” e “Educação Ambiental AND Ensino Superior”.

Os trabalhos elencados foram lidos, buscando sempre uma relação com o Ensino Superior ou a universidade. Após realizou-se uma análise baseada nos pressupostos metodológicos de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que utiliza a análise de conteúdo como técnica de tratamento de dados. A classificação dos artigos ocorreu conforme o interesse investigativo, em 4 categorias: Formação de Professores; Estado da Arte; Formação continuada; e Estratégias de Ensino.

Neste recorte vamos mostrar os resultados da pesquisa em cada plataforma analisada.

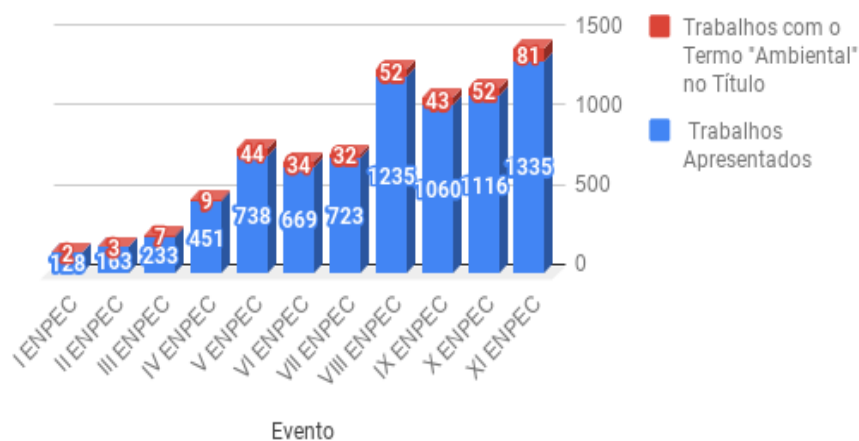
4.1.1 Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)

Neste estudo exploratório, o período de abrangência, que constitui nosso objeto de pesquisa, começa em 1997 até 2017, quando o ENPEC completou vinte anos. A coleta dos dados partiu dos Anais de cada ENPEC, disponíveis no Site da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), buscando por títulos com o termo “ambiental” e posterior análise de resumos que submetiam a temática ambiental dentro de universidades ou centros universitários.

Foram analisados mais de 7.000 títulos apresentados nos ENPECs, sendo que destes, 359 eram trabalhos que continham o termo “Ambiental” em seus títulos e 63 também traziam a relação Educação Ambiental - Ensino Superior.

No Gráfico 3, pode-se analisar a quantidade de artigos que foram apresentados em cada edição do ENPEC e a quantidade destes que trazem o termo “Ambiental” no título.

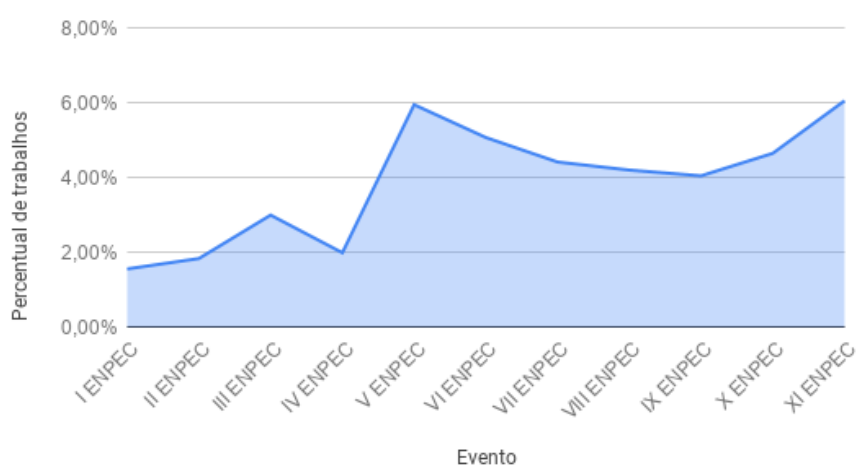
Gráfico 3: Relação de Trabalhos aceitos



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ao relacionar os trabalhos com o termo “Ambiental” no título e o total de trabalhos aceitos, verifica-se que no V ENPEC (2005) tivemos um dos maiores índices desta temática, sendo 5,96% dos trabalhos aceitos, havendo decréscimo no VI ENPEC. A diminuição de trabalhos nesse período coincide com o período em que eventos científicos específicos em EA surgiram no cenário acadêmico (KAWASAKI et al., 2009). Este dado pode ser visualizado no gráfico de área abaixo, Gráfico 4.

Gráfico 4: Trabalhos aceitos com o termo “ambiental” no título



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Kawasaki e Carvalho (2009) constataram que a pesquisa em EA, no Brasil, tem crescido ao ponto de, em 2005, ser criado o GT (Grupo de trabalho) específico

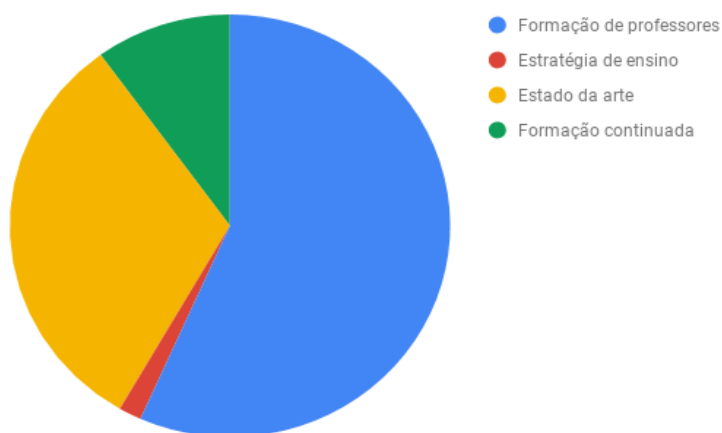
de EA nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd e nesta perspectiva o ENPEC também criou uma área temática específica denominada “Educação Ambiental e Ensino de Ciências”.

A investigação identificou 63 artigos publicados que tiveram como foco temático a Educação Ambiental no Ensino Superior ou na universidade, o que representa em média 18% do total de trabalhos com o termo “ambiental” no título. Ao se referir à formação de professores em EA Lobo-Santos e Aires (2017) identificaram que, dentre os níveis de ensino que foram objeto de interesse da pesquisa, o Ensino Superior foi predominante com 38,6%.

As pesquisas nesta temática são realizadas em diversas universidades, mas as que possuem maior representatividade de trabalhos apresentados no ENPEC são: Universidade Estadual Paulista - UNESP (17,25%) Universidade de São Paulo - USP (14%); Universidade Federal de Pernambuco - UFRPE (8%); Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (8%); e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (8%). As demais 18 Universidades que possuem publicação com esta temática possuem 1 ou 2 trabalhos apresentados. Lobo-Santos e Aires (2017) identificaram que a UNESP foi a instituição que mais publicou na temática de formação de professores em Educação Ambiental, no Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPA), sendo responsável por 13 das 57 publicações nesta temática.

Pode-se verificar que a pesquisa em EA relacionada ao campo do Ensino Superior surge em temáticas específicas, como: Formação de Professores; Estado da Arte; Formação continuada; e Estratégias de Ensino. Nas proporções do Gráfico 5.

Gráfico 5: Temáticas abordadas nas Produções em EA no ES apresentadas nos ENPECs



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

4.1.2 Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC)

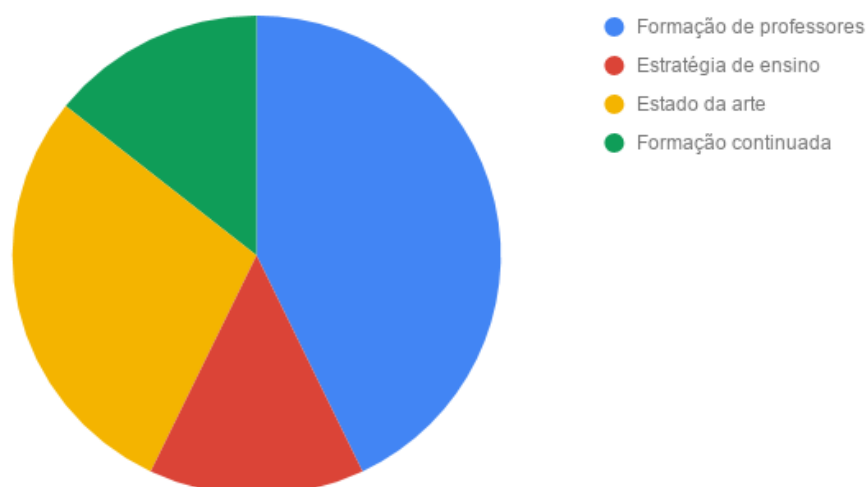
No levantamento bibliográfico realizado na RBPEC, periódico da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), importante periódico científico da área Ensino de Ciências, sendo classificado com Qualis A2, conforme o quadriênio 2013 - 2016 na Plataforma Sucupira. Tal publicação constitui um importante canal de comunicação científica formal.

Na RBPEC contabilizou-se 23 artigos que em seus títulos continham o termo “Ambiental”, sendo que destes apenas 7 tinham relação com o Ensino Superior. Para este levantamento foram analisadas todas as edições da revista até agosto de 2018.

Ao explorar os dados obtidos, contabilizou-se (1) artigo em 2017, (2) artigos em 2014, (3) artigos em 2012, (1) artigo em 2006. Salienta-se que a RBPEC é publicada quadrimestralmente. Neste caso, na análise do ano de 2018, estavam disponíveis apenas duas edições.

Nos trabalhos publicados na RBPEC, assim como os apresentados no ENPEC, pode-se verificar que a pesquisa em EA relacionada ao campo do Ensino Superior surge em temáticas específicas, como: Formação de Professores; Estado da Arte; Formação continuada; e Estratégias de Ensino, esta proporção pode ser verificado no gráfico 6.

Gráfico 6: Temáticas abordadas nas Produções em EA no ES publicadas na RBPEC

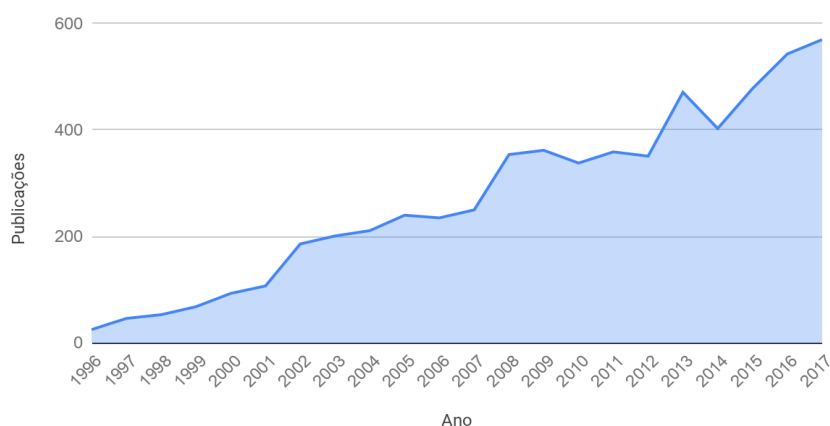


Fonte: Elaborado pela autora (2019)

4.1.3 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Na busca realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES, em setembro de 2018, com o termo “Educação Ambiental”, foram encontrados 6.207 resultados publicados no período, conforme pode ser verificado no gráfico 7 as publicações nesta temática estão em ascensão.

Gráfico 7: Publicações com o descritor Educação Ambiental por ano.



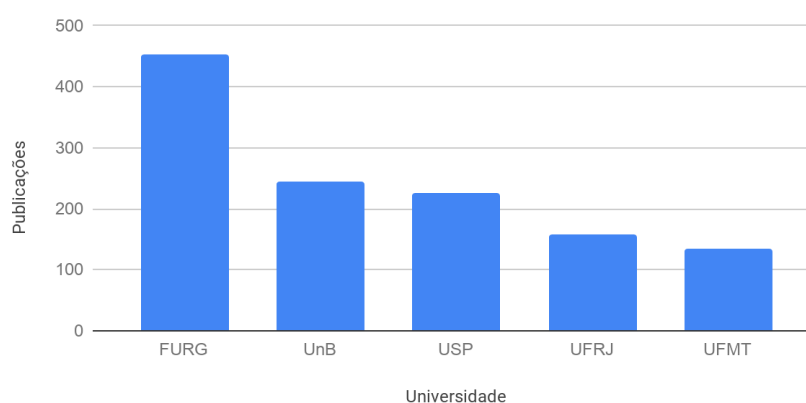
Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A década de 1990 foi período de grande desenvolvimento da EA no Brasil “em termos científicos, com surgimento de diversas publicações relacionadas à

temática e à formação de um pessoal com titulação acadêmica, seja lato ou em stricto sensu” (SATO; SANTOS, 2003, p. 254).

As cinco instituições que mais publicaram com a temática ambiental foram: Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), estes dados podem ser verificados quantitativamente no gráfico 8.

Gráfico 8: Principais Universidades com publicações com o descritor ambiental

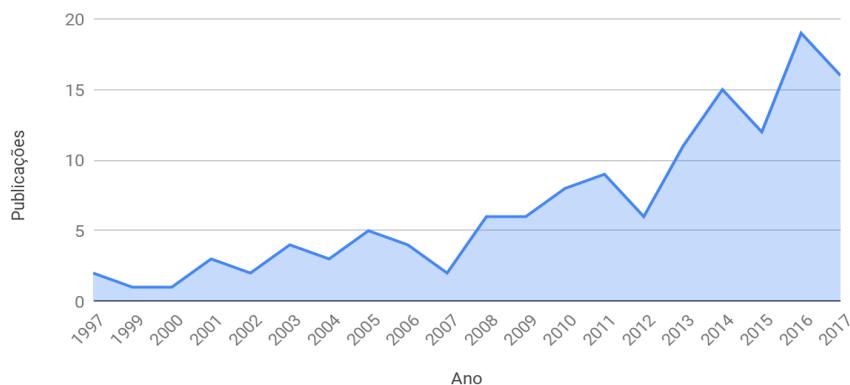


Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Conforme Carvalho et al. (2009) os pesquisadores das regiões Sudeste e Sul do Brasil concentram 86% da produção de conhecimentos em EA na pós-graduação. Dado que se reproduz no gráfico 4, no qual também aparecem universidades da região Centro-Oeste como produtora de conhecimento em educação EA.

Para tornar a busca mais objetiva, foi realizada com os termos “Educação Ambiental” AND “Universidade”, encontrando 135 resultados, publicados no período conforme mostra o gráfico 9.

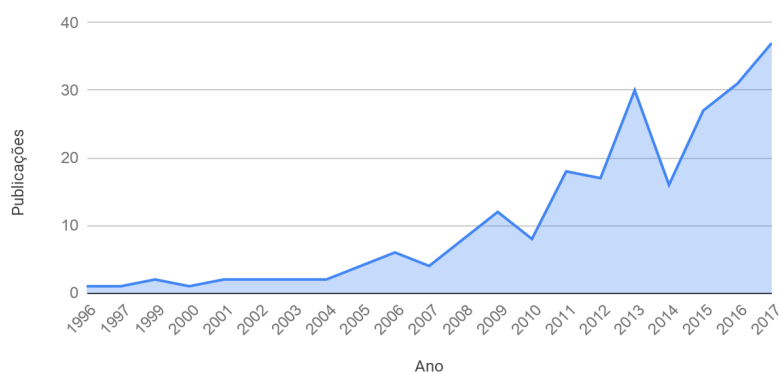
Gráfico 9 - Publicações com os termos “Educação Ambiental” AND “Universidade”



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Com o mesmo objetivo foi utilizado os descritores “Educação Ambiental AND Ensino Superior” encontrando 231 resultados, publicados no período conforme pode ser verificado no Gráfico 10, as publicações nesta temática também estão em ascensão, exceto no ano de 2014 que teve uma queda de 20% em relação ao ano de 2013.

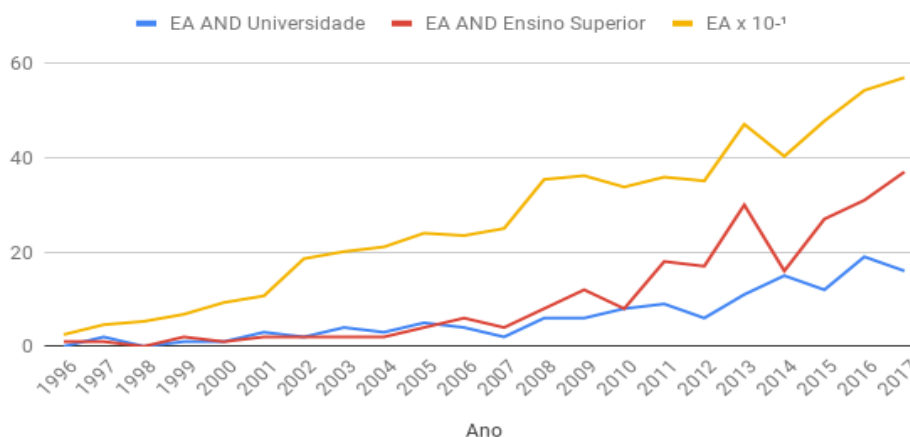
Gráfico 10: Publicações com os termos “Educação Ambiental” AND “Ensino Superior”



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Pode-se verificar que a pesquisa em EA vem crescendo, nos dados encontrados no banco de teses e dissertações da CAPES. Pode-se observar que as pesquisas relacionadas à Educação Ambiental; à Educação Ambiental na Universidade e; à Pesquisas em Educação Ambiental no Ensino Superior, mantém um padrão de crescimento, uma vez que picos semelhantes, no gráfico, podem ser observados no gráfico 11.

Gráfico 11: Relação entre as pesquisas Realizadas na plataforma CAPES



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Após a apresentação dos resultados de uma pesquisa do tipo estado da arte, segue-se com os resultados obtidos na pesquisa de campo.

4.2 POLÍTICA AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Com o propósito de compreender a abrangência da temática ambiental nas ICES, os questionamentos, nestes formulários buscam quantificar a presença de uma política ambiental nas instituições, explorar como esta política funciona em cada uma delas, examinar quem são os envolvidos na tomada de decisões nesta temática, e quem são os sujeitos dessas ações.

Segundo a ISO 14001 de 2015, uma política ambiental é um documento que norteia e legitima as ações socioambientais em instituições, formada por um conjunto de princípios declarados como compromissos, em que a alta direção descreve as intenções da organização para apoiar e aumentar o seu desempenho ambiental, de forma a promover uma gestão ambiental mais eficiente e em acordo com os princípios da legislação vigente.

A política ambiental permite que a organização defina seus objetivos ambientais, tome ações para alcançar os resultados pretendidos do sistema de gestão ambiental e alcance a melhoria contínua, revisando o documento e adaptando conforme a realidade atual. Como pode ser observado na Figura 3, ter uma política ambiental é fundamental para traçar uma gestão ambiental eficiente.

Figura 3: Espiral do sistema de gestão ambiental



Fonte: ISO (2004)

Ao se tratar de instituições de ensino, a Política Ambiental, tem maior significado, pois segundo Leite et. al. (2014), as IES desempenham ao menos duas funções na concepção nos caminhos que guiam a sociedade: o primeiro deles consiste em sua contribuição para o processo educativo para a formação de pessoas e o segundo como o de instituição exemplar e memorável em gestão ambiental de seus campi (LEITE et al., 2014).

Nesta pesquisa, o questionário desta temática, foi respondido por cinco ICES, sendo elas as instituições "A", "B", "C", "D" e "E". As respostas apresentadas pelas ICES podem ser verificadas na Figura 4.

Figura 4: Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito à Política Ambiental.

POLÍTICA AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR					
	Existe uma Política Ambiental na Instituição?	Tem um escritório com dedicação exclusiva para questões ambientais?	As ações pela sustentabilidade na sua universidade correspondem a:	O escritório de serviço de sustentabilidade ambiental possui orçamento próprio?	Estão envolvidos os docentes, estudantes e técnicos administrativos no processo de implementação da política ambiental?
A	SIM	SIM	Um Plano de Ação Ambiental	SIM	SIM
B	SIM	SIM	Conjunto de Ações da Agenda Uma Página do Sistema Institucional de Meio Ambiente	SIM	SIM
C	SIM	SIM	Conjunto de Ações da Agenda Um Plano de Ação Ambiental	NÃO	NÃO
D	NÃO	SIM	Conjunto de Ações da Agenda	NÃO	SIM
E	SIM	SIM	Uma Página do Sistema Institucional de Meio Ambiente	SIM	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Neste primeiro questionamento ficou claro que uma das instituições, não reconhece o que de fato é uma Política Ambiental, isso ficou claro, pois a Instituição “A”, declarou haver uma Política Ambiental, porém, quando solicitado que ampliasse a informação a resposta foi “Temos procedimentos operacionais que descrevem a sistemática da destinação de resíduos”. Segundo Carvalho (2004) esta é uma visão naturalista, que coloca a Educação Ambiental sob uma perspectiva de “boas práticas ambientais”.

A Instituição “D”, ressaltou não haver uma política desenvolvida no âmbito de sustentabilidade, porém frisou participar de um projeto internacional que contemple a documentação de processos de gestão ambiental.

As Instituições “B”, “C” e “E”, responderam haver uma Política Ambiental consistente, atualizada e aprovada em Conselho universitário.

A Política de Responsabilidade Social da Instituição é fundamentada em quatro eixos: Organizacional, Educacional, Social e Cognitivo/Epistemológico. O campo da sustentabilidade e meio ambiente se encontra definido dentro do eixo Organizacional (INSTITUIÇÃO “B”, 2020).

Quando as instituições foram questionadas a respeito da existência de uma unidade, escritório de caráter técnico-administrativo com dedicação exclusiva para

questões de sustentabilidade ambiental, a resposta foi unânime, todas as cinco instituições que responderam a pesquisa sinalizaram haver um setor específico para realizar a gestão ambiental. Porém, as instituições “C” e “D”, não possuem orçamento próprio para realizar atividades e/ou investimentos nesta temática, tendo que discutir com a Direção do Campus a liberação.

Todas as cinco instituições participantes na pesquisa, sinalizaram a participação dos docentes, técnicos administrativos e alunos no processo de implementação da política ambiental de sustentabilidade, porém a instituição “C” afirma que os alunos estão presentes em atividades de educação e ações com a comunidade, apenas nos cursos ligados ao meio ambiente. Não sinalizando quais são esses cursos ligados ao meio ambiente.

A instituição “D”, no que se refere aos alunos, destaca que “Não estão envolvidos de forma sistêmica, exceto por ações isoladas nas diferentes unidades”.

A Instituição “A”, mencionou que os alunos estão envolvidos apenas “através de estágios da graduação e visitas à central de resíduos”.

Para a Instituição “B”

A Política de Responsabilidade Social, que contempla a questão de sustentabilidade na universidade, prevê o envolvimento de todos os *stakeholders*¹ da Instituição na implementação das suas ações, principalmente docentes, estudantes e técnicos administrativos (INSTITUIÇÃO “B”, 2020).

Ainda, em relação a instituição “B”, essa ressaltou que há inserção da temática de responsabilidade social nos currículos, participação em projetos institucionais relacionados ao tema e também são divulgados os editais específicos para participação dos estudantes em projetos de melhoria.

De maneira ampla e sistêmica a instituição “E”, destaca que Docentes, técnicos administrativos e alunos estão envolvidos na implementação da Política Ambiental.

[...] compreende todas as atividades realizadas nos *campi*. Para divulgar o atendimento a política ambiental o SGA possui uma Matriz de Treinamentos para toda a comunidade, conforme a atividade

¹Conceito criado na década de 1980, pelo filósofo norte-americano Robert Edward Freeman, o stakeholder é qualquer indivíduo ou organização que, de alguma forma, é impactado pelas ações de uma determinada empresa. Em uma tradução livre para o português, o termo significa parte interessada.

realizada: professores, funcionários, alunos, parceiros instalados nos *campis*, comunidade em geral (INSTITUIÇÃO “E”, 2020).

A mesma destaca que, as informações estão disponíveis para o alunos no site da instituição , além disso, relata que:

[...] são realizadas capacitações para todos os alunos bolsistas e estagiários antes do início das atividades nos setores, temos a semana de palestras do SGA para os alunos de graduação que ocorre cada início de semestre, temos uma comunidade no Moodle para os alunos do EaD além da capacitação do SGA na Plataforma LAB. Ainda são realizadas capacitações presenciais nas salas de aula conforme agendamento pelos professores (INSTITUIÇÃO “E”, 2020).

Na instituição “A”, a organização da ação pela sustentabilidade ambiental corresponde a um plano de ação ambiental, na instituição “C” corresponde a “reuniões e previsões de ações de curto, médio e longo prazo”. Já a instituição “D” relata existir ações de sustentabilidade em execução em diferentes instâncias de decisão, a instituição “E” relatou que a instituição disponibiliza as ações na página institucional do meio ambiente, e por fim a instituição “B” relata que as ações são realizadas por diversas áreas, conforme as agendas do setor e a agenda institucional.

Brandão et. al. (2019) realizam um estudo buscando definir fatores facilitadores e barreiras no desenvolvimento da gestão ambiental em instituições de ensino superior e dentre outros resultados “foi identificado que a presença de política ambiental/de sustentabilidade é desejável para o desenvolvimento da gestão ambiental em IES, pois ela integra, direciona e planeja esforços institucionais.”

4.3 GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Este eixo da pesquisa tem o propósito de compreender quais são os focos da gestão ambiental. Segundo Wright (2002); Alshuwaikhat e Abubakar (2008) e Kaplan (2015) apud Brandão et. al. (2019). Uma vez que,

[...] também devem estabelecer diretrizes dentro de seus planejamentos que contemplem sistemas de compras baseados em critérios socioambientais e programas de reutilização e tratamento de insumos, tais como materiais de escritório e reagentes químicos, além de buscar estratégias de redução do consumo de papel por

meio da gestão digital da informação ou ações que incentivem o uso de meios de transporte não motorizados.

Assim, esta seção da pesquisa foi respondida por três universidades, sendo elas as instituições “A”, “B” e “C”. Pode ser observado na Figura 5, os questionamentos realizados para as instituições, assim como os respectivos retornos objetivos.

Figura 5: Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito à Gestão Ambiental.

GESTÃO AMBIENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR					
	Existe um plano específico e estratégico incluindo aspectos de poupança na água, saúde para consumo humano, irrigação e gestão de águas residuais?	Existe um plano específico relacionadas à iluminação, climatização e energias renováveis?	Existe um plano específico relacionadas à coleta seletiva e manufaturada adequados dos resíduos sólidos?	Está implementado um plano específico, sobre a gestão de áreas verdes e biodiversidade?	O planejamento urbano das universidades incluiu critérios para sustentabilidade ambiental?
A	SIM	-	SIM	-	-
B	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
C	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

As instituições foram questionadas quanto à existência de um plano específico e estratégico de ação de sustentabilidade ambiental. Incluindo aspectos de poupança na água, água para consumo humano, irrigação e gestão de águas residuais.

A instituição “A”, relatou como plano específico e estratégico de ações de sustentabilidade que; “Temos o monitoramento diário do consumo de água e estação de tratamento de esgoto.”

Em contrapartida a Instituição “B” relatou que: “existe a preocupação e investimentos em ações sustentáveis, tanto no tratamento dos efluentes, economia e aproveitamento de água para irrigação paisagística, porém não temos um plano específico e estratégico para estas ações.”

A Instituição “C” ampliou a informação relatando que possui “Programas de Economia de águas, Energia Elétrica com substituição gradativa das lâmpadas por mais econômicas, Compras eficientes.”

Quando as instituições foram questionadas quanto à existência de um plano estratégico específico para a sustentabilidade ambiental, incluindo questões relacionadas à iluminação, climatização e energias renováveis, a instituição “A” preferiu não responder. A instituição “B”, destacou que:

existe a preocupação e investimentos em ações sustentáveis, tanto em economia de energia e programações para desligamento da iluminação do campus, controle de temperatura dos climatizadores, incluindo o acionamento e o desligamento via programação; investimentos em instalação de placas solares (já realizado em anos anteriores), porém não temos um plano específico e estratégico para estas ações (INSTITUIÇÃO “B”, 2020).

A instituição “C” acrescentou que existe um plano estratégico específico para a sustentabilidade ambiental, porém é “mais ligado à iluminação, compras eficientes e climatização, não tanto em relação a Energias Renováveis”.

Ao questionar sobre a existência de um plano específico para a coleta seletiva, adequada para resíduos sólidos, as três instituições foram unânimes ao responder que “sim”.

A instituição “A” preferiu não ampliar as informações. Já a instituição “B” relatou que “no campus da instituição há lixeiras adequadas para o descarte de resíduos potencialmente recicláveis, rejeitos, orgânicos, resíduos químicos e infectantes.” Além disso, relatou que os resíduos gerados são destinados ao complexo de resíduos onde são triados, quantificados, armazenados e posteriormente destinados conforme o plano de gerenciamento de resíduos da instituição.

Por fim, a instituição “C” relatou que segue a Política Nacional de Resíduos Sólidos e mantém treinamentos periódicos dos funcionários dos setores e da limpeza. Também, relatou que coleta os resíduos recicláveis, e que, parte vai para doação a entidades, e outra parte para compostagem.

Em nenhuma das três instituições está implementado um plano específico sobre a gestão de áreas verdes e biodiversidade. A Instituição “B” ampliou a

informação, ressaltando que: “Existe a preocupação e investimentos para preservação das áreas verdes, como a demarcação e proteção destes locais pelo campus, porém não temos um plano específico e estratégico para estas ações.”

No que se refere ao planejamento urbano das universidades, no quesito de critérios para sustentabilidade ambiental, tanto a instituição “B” como a instituição “C” mencionaram que incluem critérios para a sustentabilidade no planejamento urbano da instituição. A instituição “B” relatou que “todo o planejamento da universidade leva em conta a disposição das nossas áreas verdes e nossos locais de preservação, sempre buscando soluções/alternativas para minimizar os impactos ambientais das ações da instituição.”

Desta forma considera-se que a Universidade, no que tange a Gestão Ambiental ainda não se apropriou das práticas do próprio conhecimento que produz, mantendo assim uma distância entre o “saber” e o “fazer”. O que demonstra que as ICES, no que tange a Gestão Ambiental, estão evoluindo de forma lenta e ainda mantendo um viés naturalista.

Percepções semelhantes às de Souza (2016), a autora concluiu em sua pesquisa que:

A ambientalização das universidades públicas tem se dado de forma lenta e pouco satisfatória. A visão predominante sobre o meio ambiente é a naturalista, acreditando-se também na resolução dos problemas por meio de soluções tecnológicas. A universidade ainda não se apropriou na prática do próprio conhecimento que produz, ficando os sistemas de gestão ambiental e os programas de educação ambiental pouco expressivos (SOUZA, 2016, p. 137).

4.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Nesta seção, pode-se verificar os resultados da pesquisa no que diz respeito a Educação Ambiental no ensino em ICES, esta pesquisa foi respondida por três universidades, sendo elas as Instituições “A”, “B” e “C”. Na Figura 6, pode-se verificar os questionamentos realizados via formulários google e um resumo das respostas obtidas.

Figura 6: Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito à Educação Ambiental no Ensino de ICES.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR				
Existe na Política Ambiental da Universidade um trecho mencionando expressamente as atividades de ensino ou treinamento?	Você está incorporado em algum grupo de pesquisa ou roda de discussão na temática de sustentabilidade ambiental?	Indique o programa acadêmico da Universidade que é considerado mais avançado na incorporação da perspectiva de sustentabilidade ambiental:	São definidas alternativas transversais de sustentabilidade ambiental em algumas carreiras oferecidas pela Universidade?	Existem cursos de graduação ou pós-graduação no ambiente universitário em Educação Ambiental, Sustentabilidade ou semelhante?
A SIM	SIM	Programa de Sustentabilidade Ambiental como Linha de Extensão da Universidade.	SIM	SIM
B SIM	SIM	Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental	SIM	SIM
C SIM	SIM	Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD)	SIM	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Esta seção da pesquisa teve início questionando sobre a existência de trecho mencionando expressamente as atividades de ensino ou treinamento, na Política Ambiental da Universidade. Para este questionamento a instituição “A” ampliou a informação adicionando que a referida “universidade apresenta um Política de Responsabilidade Social, e a partir dessa política incorpora a dimensão ambiental, no atual Plano de Desenvolvimento Institucional”

A instituição “B” respondeu ter uma política de responsabilidade social, onde são fortemente focadas as ações ambientais da Instituição. Já a instituição “C”, destacou que, segundo sua Política Ambiental, o tema:

Deve ser abordado em todos os cursos e ter em caso de alguns cursos disciplina em específico sobre o ensino das questões ambientais. Bem como o treinamento de funcionários que trabalham diretamente em alguns setores que geram resíduos, ou que por exigências legais tenham que estar aptos a tomar decisões de cunho ambiental (INSTITUIÇÃO “B”, 2020).

Na sequência, o questionamento foi específico para o entrevistado, indagando se ele, o pesquisado, está incorporado em algum grupo de pesquisa ou roda de discussão referente à perspectiva da sustentabilidade ambiental. Como complemento a este questionamento o pesquisador da instituição “A” relatou participar em dois grupos de pesquisa de cunho ambiental, sendo eles: “Grupo de pesquisa Ambiente e Sociedade; Grupo de Pesquisa de Educação Ambiental em

Desastres.”; o pesquisado da instituição “B” mencionou estar orientado uma pesquisa de mestrado abordando a sustentabilidade ambiental da Instituição em que é docente e; o pesquisador da instituição “C” mencionou participar do Grupo de Sustentabilidade na Universidade e ser Responsável pelos Licenciamentos ambientais dos Campus, Laboratórios e outras atividades.

A Pesquisa solicitou que fosse indicado o programa acadêmico da Universidade que é considerado mais avançado na incorporação da perspectiva de sustentabilidade ambiental: A instituição “A” mencionou o Programa de Pós Graduação em Qualidade Ambiental, destacando que este Programa de Pós-graduação é vinculado à área de Ciências Ambientais da CAPES e desenvolve estudos avançados que visam soluções para problemas da área ambiental.

A Instituição “B” destacou que o PPGAD², programa com Mestrado e Doutorado, possui linhas de pesquisa envolvendo a temática ambiental. E a Instituição “C” destacou possuir um Programa de Sustentabilidade Ambiental como Linha de Extensão da Universidade.

Todas as três instituições relataram definir alternativas transversais de sustentabilidade ambiental em algumas carreiras oferecidas pela Universidade.

Ao ampliar as informações relacionadas ao questionamento anterior, a instituição “A” relatou que: “há alternativas como pesquisador. Como pesquisador (remunerado ou voluntário) nos diversos grupos de pesquisa na área, além da participação nos programas de extensão, sendo que alguns atuam em sustentabilidade”.

Já a instituição “B”, relatou haver alternativas transversais de sustentabilidade ambiental nos cursos de graduação e programas de mestrado e doutorado.

Os pesquisados foram questionados quanto à existência de cursos de graduação ou pós-graduação no ambiente universitário em Educação Ambiental, Sustentabilidade ou semelhante.

A instituição “A”, ampliou a informação destacando os cursos de Mestrado e Doutorado em Qualidade Ambiental:

Os cursos de Mestrado e Doutorado em Qualidade Ambiental visam à formação de recursos humanos capazes de aplicar e produzir

²Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, da área de Ciências Ambientais.

conhecimento científico nas áreas de monitoramento e diagnóstico ambiental, além de atuar na geração de novas tecnologias e metodologias aplicáveis à mitigação de impactos ambientais, ferramentas voltadas à produção mais limpa, na gestão de resíduos, bem como nos temas da percepção e educação ambiental (INSTITUIÇÃO “A”, 2020).

A instituição “B” destacou os cursos de graduação em Engenharia Ambiental e Biologia e dois programas de pós graduação: PPGAD e PPGSAS³. Em contrapartida, a instituição “C” relatou não haver cursos de graduação ou pós-graduação no ambiente universitário em Educação Ambiental, Sustentabilidade ou semelhante em sua instituição.

4.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PESQUISA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Este questionário, assim como o anterior, foi respondido por três instituições, sendo elas as Instituições “A”, “B” e “C”. Essa seção, tem como objetivo saber se as instituições estão promovendo ações na temática ambiental no eixo da pesquisa e transferência de tecnologia, e buscando conhecer estas ações. Na figura 7, pode-se observar um resumo das respostas objetivas recebidas.

Figura 7: Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito à Educação Ambiental na Pesquisa de ICES.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PESQUISA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR					
	Existe na Política Ambiental trecho mencionando a pesquisa e a transferência de tecnologia?	Existe na universidade um grupo de pesquisa específico sobre sustentabilidade formalmente constituído?	Existe na instituição Estratégias para promover a realização de pesquisas ambientais?	São considerados critérios para a sustentabilidade na avaliação de impacto ambiental dos projetos de pesquisa e da transferência de tecnologia?	Existem estratégias para incentivar o uso do campus universitário na condução de pesquisas sobre questões ambientais e sustentabilidade?
A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
B	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
C	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

³ Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais Sustentáveis

Inicialmente, nessa seção da pesquisa, questionou-se a existência, na Política Ambiental da Universidade, de algum trecho mencionando a pesquisa e a transferência de tecnologia.

Para responder a este questionamento a instituição “A”, destacou haver sim, em sua Política Ambiental e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), menções, em diversos trechos, a pesquisa e a transferência de tecnologia.

Por outro lado, a instituição “B” relatou que a instituição tem uma resolução intitulada Política de Responsabilidade Social, a qual engloba as questões ambientais na IES, entre outros aspectos. Não deixando claro se existe a temática de pesquisa e transferência tecnológica no referido documento.

E por fim, a Instituição “C” relata que a Política Ambiental da instituição “prevê que seja fomentado e apoiado ações de cunho ambiental em nível de Universidade e também da região a qual se insere”. Esta instituição, também não relata de forma clara a existência de menção a pesquisa e transferência de tecnologia na Política Ambiental da instituição.

Quando questionados sobre a existência, na instituição, de um grupo de pesquisa específico sobre sustentabilidade formalmente constituído.

A instituição “A” relatou que sim, existem dois grupos de pesquisa específicos de sustentabilidade na instituição: Tecnologia e Gerenciamento Ambiental e Ambiente e Sociedade. Sendo que estes grupos trabalham o tripé da sustentabilidade, com maior ênfase para questões ambientais e sociais.

Por outro lado a Instituição “B” relatou não haver nenhum grupo de pesquisa nesta temática, porém destacou a existência de alguns projetos de pesquisa que tangenciam a temática e a comissão que trata da implementação da responsabilidade social na IES.

E a Instituição “C”, disse que sim, há grupos de pesquisa nesta temática e destacou que existe um:

grupo formado por professores de diferentes áreas e principalmente das Ciências Biológicas e dos setores envolvidos de alguma forma com as questões ambientais como Laboratórios que cuidam e zelam pelos Licenciamentos das atividades exercidas no Campus (INSTITUIÇÃO “A”, 2020).

As instituições “A” e “C” relataram existir na instituição Estratégias para promover a realização de pesquisas ambientais.

A questão ambiental está fortemente associada ao PPG⁴ em Qualidade Ambiental e ao curso de Graduação de Ciências Biológicas. TCCs⁵, Dissertações e Teses são desenvolvidas, além das pesquisas realizadas no Centro de Tecnologias Limpas, mantido pela Instituição (INSTITUIÇÃO “A”, 2020).

Já a Instituição “C” ampliou a informação para: “Em parte sim, principalmente com eventos que servem de divulgação das pesquisas ambientais realizadas no âmbito da Universidade.”

A instituição “C”, ampliou sua resposta para “Especificamente não, mas temos Programas de Pós-graduação que em suas pesquisas desenvolvem temáticas relacionadas ao meio ambiente.”

Na sequência, a pesquisa questionou se são considerados critérios para a sustentabilidade na avaliação de impacto ambiental, por parte da universidade, dos projetos de pesquisa e a transferência de tecnologia.

Assim como no questionamento anterior as instituições “A” e “C”, disseram que são considerados critérios para a sustentabilidade na avaliação de impacto ambiental. A instituição “A” ampliou a informação a seguir:

O Grupo Interno de Gerenciamento Ambiental – GIGA é responsável pela orientação e controle das atividades realizadas internamente, tanto em laboratórios quanto demais espaços da Universidade, e controla uma série de indicadores, principalmente com relação à resíduos sólidos (INSTITUIÇÃO “A”, 2020).

A Instituição “C”, preferiu não ampliar a informação, enquanto que, a instituição “B” ampliou destacando que não considera critérios para a sustentabilidade na avaliação de impacto ambiental, especificamente, mas algumas informações estão no documento de responsabilidade social.

No último questionamento, no eixo de pesquisa, as instituições foram unânimes ao responder que sim, existem estratégias para incentivar o uso do campus universitário na condução de pesquisas sobre questões ambientais e sustentabilidade.

⁴ Programa de pós graduação.

⁵ Trabalhos de conclusão de curso.

A instituição “A” relatou haver incentivo para o uso “nos mais diversos laboratórios existentes, no Centro de Tecnologias Limpas, nos centros de saúde inseridos no campus.”

Já a instituição “B” respondeu que “sim”, porém, pode-se notar que a resposta não satisfaz ao questionamento, porém manteve-se a colocação da instituição: “Como já mencionado, por meio os pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação recebem até 16 horas para realizarem as pesquisas na área, não especificamente para questões ambientais ou sustentabilidade, mas também incluindo esta temática.”

Já a instituição “C” ampliou mencionando que é incentivado o uso do Campus, “desde o uso dos espaços físicos e naturais (fragmentos de vegetação e córregos que percorrem o espaço da Universidade) e principalmente os laboratórios relacionados às atividades de cunho ambiental.”

4.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EXTENSÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O questionário que compete a esta seção foi respondido por três instituições, sendo elas as Instituições “A”, “B” e “C”. O resumo dos questionamentos, assim como das respostas objetivas pode ser observado na figura 8.

Figura 8: Questionamentos e respectivas respostas apresentadas pelas ICES no que diz respeito à Educação Ambiental na Extensão de ICES.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EXTENSÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR					
	Existe na Política Ambiental um plano de responsabilidade socioambiental?	Os programas de extensão existentes contribuem para a solução de problemas ambientais?	Existem programas de colaboração com governos para a formulação ou implementação de políticas públicas ambientais?	Existem programas de extensão ligados com o ambiente de negócios no meio ambiente ou na sustentabilidade?	Você participa de redes universitárias de debates sobre meio ambiente, educação ambiental ou sustentabilidade?
A	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
B	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
C	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Inicialmente, todas as três instituições mencionaram existir em suas instituições um plano específico de ações de responsabilidade socioambiental que tenha sido aprovado por um corpo diretivo da Universidade. A instituição “A” mencionou que estas ações estão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição. A Instituição “B” relatou que:

Recentemente foi aprovado em Conselho Universitário a Política de Responsabilidade Social da Universidade que trata da responsabilidade ambiental e social. E, foi criado um Comitê de Responsabilidade Social. Este comitê tem seu trabalho estruturado para que possa garantir, difundir, disseminar e acompanhar a política na Universidade (INSTITUIÇÃO “B”, 2020).

E a instituição “C” relatou que o plano específico de ações de responsabilidade socioambiental foi “Aprovado em Conselho Universitário - Resolução RESOLUÇÃO Nº 2097/CUN/2015”

Os participantes foram questionados sobre os programas de extensão permanentes, e se esses contribuem para a solução de problemas ambientais ou de sustentabilidade nas comunidades. Todas as três instituições marcaram que “sim”.

A instituição “A” ampliou as informações referente aos programas de extensão relatando que:

Os programas de extensão estão divididos de modo a atender as áreas de atuação da instituição, previstas em seus documentos e que foram contempladas para a definição da Política de Responsabilidade Social, são as seguintes: - Inclusão Social; - Desenvolvimento Econômico e Social; - Meio Ambiente; - Preservação da Memória e Patrimônio Cultural (INSTITUIÇÃO “B”, 2020).

A instituição “B” destacou que os programas de extensão permanentes existentes contribuem para a solução de problemas ambientais ou de sustentabilidade nas comunidades, e que utilizam-se de ações: “Como educação ambiental e patrimonial; conscientização sobre história e preservação ambiental; estudo de relações e regimes internacionais sobre temas ambientais.”

Já a instituição “C” relatou que “... relacionado a ações com entidades governamentais, escolas e outros setores que demandam várias formas de aplicações da extensão em atividades desenvolvidas junto à comunidade.”

As instituições “A” e “C” relataram existir programas permanentes de colaboração com governos (locais, regionais ou nacionais) para a formulação ou implementação de políticas públicas ambientais para a sustentabilidade. Conforme relato da Instituição “A”:

Muitos projetos sociais apresentam interface com os governos, principalmente locais. Por exemplo: Programa de Educação Ambiental em Desastres; Programa de Difusão e de Proteção dos Direitos Humanos; Programa Educação e Cultura dos Direitos Humanos; Projeto Da Rua para’Nóia; Projeto Jovem Aprendiz; Mãe-bebê: da gestação ao primeiro ano de vida, e outros (INSTITUIÇÃO “A”, 2020).

E a instituição “C” relatou que os projetos estão relacionados com Associação dos Municípios, com Redes de Sustentabilidade.

As instituições “A” e “C” relataram existir programas de extensão ligados com o ambiente de negócios no meio ambiente ou na sustentabilidade. A instituição “A” ampliou a informação relatando haver um Projeto de Gestão em empreendimentos solidários e um Programa de Tecnologias Produtivas Aplicadas.

A instituição “B”, relatou não haver programas de extensão ligados com o ambiente de negócios no meio ambiente ou na sustentabilidade. E a Instituição “C” relatou que estes programas de extensão são dois: Conservação Ambiental e Prestação de Serviços a Prefeituras.

Para finalizar a pesquisa, foi questionado sobre a participação dos pesquisados em redes universitárias de debates sobre meio ambiente, Educação Ambiental ou sustentabilidade. O único participante a ampliar a informação foi o “A”, informando que participa da REASUL- Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo examinar a abordagem de temas ambientais e a promoção da Educação Ambiental em Instituições Comunitárias de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, enquanto local de promoção a formação profissional e científica de pessoal de nível superior, local de realização de pesquisa teórica e prática nas principais áreas do saber e o local de divulgação de resultados à comunidade científica.

Para atender aos objetivos foi realizada uma investigação nos sites das universidades, principalmente em busca de seus relatórios de sustentabilidade. O projeto inicial, contava com a participação de 15 ICES (UFN, Feevale, IPA, PUC-RS, UCS, UNICRUZ, UNIJUÍ, UNILASALLE, UNISC, UNISINOS, UNIVATES, UCPEL, UPF, URCAMP, URI). Porém apenas oito (8) das Instituições convidadas retornaram aos convites realizados por e-mail, sete (7) instituições encaminharam a carta de coparticipação na pesquisa e uma (1), mencionou que no momento, o setor participante estaria em reestruturação, desta forma, não seria viável a participação na pesquisa. As outras sete (7) instituições convidadas não retornaram o convite realizado por e-mails, mesmo com muita insistência.

Assim, a pesquisa ficou limitada a sete (7) instituições que confirmaram o desejo por participar da pesquisa. Mesmo com o parecer favorável da reitoria, duas (2) instituições não participaram da pesquisa via formulários google e outras duas (2) responderam apenas uma pequena parte dos formulários.

Antes mesmo de iniciar as pesquisas de campo percebeu-se, por meio de levantamentos teóricos e estudos do tipo estado da arte, que a temática ambiental vem sendo bastante pesquisada em todos os níveis de ensino. Embora muitos destes estudos, quando se trata do ensino superior, estejam vinculados a cursos de formação que tenham relação com a temática ambiental como biologia e engenharia ambiental e o mesmo vale para cursos de pós-graduação. O que deixa evidente a necessidade de pesquisar a temática ambiental de forma sistêmica, integrada e ativa, em diferentes áreas de formação.

Desenvolver uma Educação Ambiental de maneira eficiente, como um processo educativo, tematizando o ambiente na prevenção do ecossistema, irá

estimular a reflexão crítica e propositiva em relação à natureza, à sociedade, à cultura, à produção, ao trabalho e ao consumo. Para isso, deve-se evidenciar principalmente, medidas de prevenção, como: redução de consumo; energias limpas; produtos sustentáveis. Ao invés de evidenciar medidas para remediar os problemas já existentes como: poluição dos rios; aquecimento global; resíduos sólidos.

Para Velazquez et. al. (2006) uma IES que deseje alcançar a sustentabilidade deve promover, a minimização dos efeitos negativos ambientais, econômicos, sociais e de saúde que possam ocorrer pela utilização dos recursos nas atividades de ensino, pesquisa, gestão e extensão, servindo como apoio à sociedade na transição de estilos de vida sustentáveis.

No entanto, as pesquisas com técnicos administrativos das ICES e/ou docentes evidenciaram que a maioria das instituições possuem uma política ambiental e as que não possuem, ao menos, contam com um documento que descreva a sistemática do descarte dos resíduos, porém, quando questionada a participação dos alunos na criação e na melhoria contínua dos processos ambientais, ficou evidente a não participação desse grupo. Outro fator que apresentou relevância foi a falta de conhecimento da abrangência de uma Política Ambiental, por parte do pesquisado, uma vez que mencionam a substituição deste documento, por uma sistematização do descarte dos resíduos.

Como relação a política ambiental, a norma ISO 14001 destaca, que: deve incluir o comprometimento de todos com a melhoria contínua e a prevenção da poluição; refletir os valores e princípios da organização; atentar para o cumprimento da legislação vigente; garantir o fornecimento da infraestrutura necessária; ser documentada e divulgada para toda a organização e; deve estar disponível para o público externo.

Os resultados obtidos na pesquisa, no que diz respeito à gestão ambiental foram bastante satisfatórios. Assim como mencionado por Tauchen e Brandli (2006), quando os autores destacaram que nos diferentes setores da sociedade, inclusive nas IES, a gestão ambiental vem ganhando um espaço crescente.

Em relação a poupança de água, irrigação e gestão de águas residuais, as ICES participantes relataram realizar monitoramento e gestão, ainda referiram a

existência de estação de tratamento de efluentes na instituição, mesmo que não haja um documento ou plano específico e estratégico que relacione o assunto. Da mesma maneira, os relatos relacionados a energia, como substituição de lâmpadas, por mais econômicas, monitoramento eletrônico do desligamento das luzes e monitoramento de temperatura dos climatizadores.

As instituições relataram realizar uma gestão eficiente dos resíduos sólidos, com coletores específicos para variados tipos de resíduos, uma delas destacou a doação de resíduos recicláveis, o que abrange um viés social, e o cuidado com resíduos perigosos como os químicos e os infectantes. No que tange ao planejamento urbano as instituições mencionaram o cuidado com as áreas verdes, porém nenhuma delas relatou observar questões sustentáveis na construção e manutenção de edifícios.

No que diz respeito à Educação Ambiental no Ensino de ECES, ficou evidente haver uma preocupação em relação à temática, principalmente, no que tange a cursos relacionados ao meio ambiente, como engenharia ambiental e biologia. Porém, as instituições têm relatado definir alternativas transversais de sustentabilidade ambiental. Esta temática também foi destacada por Brandão et. al. (2019) no momento em que relatam que as IES têm pautado a sustentabilidade em discussões que envolvam o planejamento dos currículos e o desenvolvimento de seus *campi*, ampliando assim, a inserção do tema na tomada de decisões.

Todos os pesquisados relataram participar de grupo de pesquisa e/ou roda de discussão relacionada à temática ambiental, sendo um resultado bastante satisfatório.

No que tange ao eixo da pesquisa, a maioria das ICES, não deixaram claro haver na Política Ambiental trecho que menciona a pesquisa e a transferência de tecnologia. De maneira geral, as instituições mencionaram haver pesquisas que tangenciam o tema e também mencionaram haver a promoção de eventos de divulgação das pesquisas, a passagem de conhecimento técnico, também conhecido como *know - how*, embora estas ações estejam ocorrendo na maioria das vezes em cursos relacionados ao meio ambiente como engenharia ambiental e biologia.

Para finalizar, no que diz respeito à extensão realizada em ICES, todas as instituições que responderam ao questionário da temática ressaltaram que existem atividades de extensão que tangenciam a temática socioambiental, tendo em vistas que as instituições pesquisadas são comunitárias e o vínculo com a comunidade é uma das características deste tipo de instituição.

No que se refere ao atendimento à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), através dos dados obtidos na pesquisa, ficou evidente que as instituições estão buscando desenvolver a Educação Ambiental, de forma articulada, em diversos níveis e modalidades do processo educativo, porém esse processo ainda é incipiente. Uma vez que, a PNEA destaca como um dos princípios básicos da Educação Ambiental “o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;” neste segmento pode-se perceber a não participação dos alunos no que tange a criação, nem a melhoria contínua da política ambiental nas ICES, o que demonstra que o processo não é participativo.

Outro princípio básico da Educação Ambiental, conforme a PNEA é “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;” o que também na prática, não é desenvolvido, visto que em alguns casos a ICES, manifesta ações de educação ambiental apenas no que tangencia a coleta seletiva e os monitoramentos ambientais. Não havendo uma concepção socioambiental e cultural ampla.

Por outro lado as ICES, relataram não haver uma disciplina específica em diversos cursos, somente em cursos específicos em áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, assim como sugere a PNEA, porém, conforme essa Política a Educação Ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, o que não foi relatado pelos pesquisados. E no que se refere a formação de professores segundo a PNEA a dimensão ambiental deve constar nos currículos e em todas as disciplinas.

Como Limitação da pesquisa, é importante ressaltar a dificuldade para contatar muitas das universidades comunitárias associadas ao COMUNG e a não participação de mais de 50% delas, torna o trabalho menos representativo.

Somou-se como limitação o fato de ser apenas uma pesquisadora isolada para avaliar os dados. E, outro fator limitante foi o período da pesquisa abranger um momento atípico, de pandemia, gerado pelo surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste contexto, em conformidade com o alerta de surto pandêmico, grande parte dos pesquisados estão com carga horária reduzida e exercendo atividades na modalidade *Home Office*⁶, o que não os dá acesso a diversos documentos institucionais, e outra parte dos pesquisados está envolvido na linha de frente das pesquisas científicas relacionadas ao desenvolvimento de suprimentos e formas de contingência do vírus.

O trabalho aqui realizado não buscou esgotar toda a discussão, mas sim propor um olhar sobre a temática Educação Ambiental em Instituições de Ensino Superior. Como sugestão para novos estudos possibilita-se recortes para aprofundamento e a possibilidade de estudo semelhante em outras IES do COMUNG. Bem como estudos comparativos com outras instituições comunitárias, de outros estados.

⁶ modalidade de trabalho realizado em casa.

REFERÊNCIAS

ABRUC. Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BARBOSA, Valma; Et al. **Sustentabilidade na Universidade**. In: EDS-2010 - *International Conference on Education for Sustainable Development. Regional Centre of Expertise – RCE CRIE Curitiba – UFPR – UTFPR – PUC-PR - Sistema*

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BRANDÃO, Maicom Sergio; et al . Facilitadores e barreiras no desenvolvimento da gestão ambiental em instituições de educação superior: análise dos relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative. **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 5, p. 993-1002, Oct. 2019 . disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522019000500993&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 Jul 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-41522019177951>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. RUPEA. Relatório Final da Pesquisa: **Mapeamento da Educação Ambiental em instituições brasileiras de Educação Superior**: elementos para discussão sobre políticas públicas. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 1741. **Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES**. Diário Oficial da União, Brasília, de 12 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL. Lei nº 12.881, de 13 de novembro de 2013. **Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de novembro de 2013.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Grupos de pesquisa**. Disponível em:

<http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf> acesso em: 12 jun. 2020

CARNIATTO, Irene; STEDING, Adriana. Ambientalização e sustentabilidade nas universidades em debate. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 299-318, dez. 2015. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5545>>. Acesso em: 09 out. 2019.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em formação).

CARVALHO, L. M. D.; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. D. **Pesquisa em Educação Ambiental**: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. Cadernos CEDES, v. 29, n. 77, p. 13-27, 2009.

CASTRO, R. S. A formação de professores em educação ambiental possibilita o exercício desta no ensino formal? In: BRASIL. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2001. p. 49-53.

COMUNG. Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. Disponível em: <<http://www.comung.org.br>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

COMUNG. **Ação integrada de formação de professores** / Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG (Org.) – Lajeado : Ed. da Univates, 2018.

DAL-FARRA, Rossano André Paulo; LOPES, Tadeu Campos. Métodos Mistos de Pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2698>> . Acesso em: 10 set. 2019.

DIAS, G. F. A situação da educação ambiental no Brasil é fractal. In: BRASIL. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2001. p. 71-75.

DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. Documento de trabalho, 2003. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>> Acesso em: 07 out. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, D. Educação ambiental e o papel do/a professor/a: educar para além da sociedade do conhecimento. In: PAVÃO, A. C.; FREITAS, D. (Org.). **Quanta ciência**

há no ensino de ciências. São Carlos: Edufscar, 2008. p. 239-249.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRABOWSKI, Gabriel. QUINTANA, Lia Maria Herzer. HELFER, Carmen Lúcia de Lima. **O compromisso do comung com a formação de professores.** In: Ação integrada de formação de professores / Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG (Org.) – Lajeado : Ed. da Univates, 2018. Cap. 1, p. 9 - 16.

GUIMARÃES, S. S. M.; TOMAZELLO, M. G. C. A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. **Ambiente e Educação**, v. 8, n. 1, p. 55-71, 2003.

GUIMARÃES, S. S. M.; INFORSATO, E. C. A percepção do professor de biologia e a sua formação: a educação ambiental em questão. **Ciência e Educação**, v. 18, n. 3, p. 737-754, 2012.

HELPER, Carmen Lúcia de Lima. Introdução. In: **Ação integrada de formação de professores** / Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG (Org.) – Lajeado : Ed. da Univates, 2018, p. 5 - 6.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

KAWASAKI, C.S. et al. A Pesquisa em Educação Ambiental nos ENPECs: contextos educacionais e focos temáticos. **Anais do VII ENPEC** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências, UFSC, Santa Catarina, 2009.

KAWASAKI, C.S; CARVALHO, L. M. de. Tendências da pesquisa em Educação Ambiental. **Educ. rev.** V.25, n.3, 2009 p. 143-157

LAYRARGUES, P. P. Educação para gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B. et al. **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002a

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002b, 179-220

LEFF, E. **Epistemologia ambiental ia ambiental.** São ia ambiental Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, E.B.; SOUZA, T.M.F.; FREITAS, J.M.F.; ANDRADE, M.A.; PEREIRA, L.A.PUC-Minas sustentável: Plano de sustentabilidade ambiental. In: RUSCHEINSKY, A.; GUERRA, A.F.S.; FIGUEIREDO, M.L.; LEME, P.C.S.;

RANIERI, V.E.L.; DELITTI, W.B.C. (orgs.). **Ambientalização nas instituições de educação superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014, p. 350.

LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 109-142.

LOBO-SANTOS, V.; AIRES, J. L. O Estado da Arte das Pesquisas em Formação de Professores em Educação Ambiental: uma análise do perfil das publicações do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental – EPEA (2005-2015). **Anais do XI ENPEC Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências**, UFSC, Santa Catarina, 2017.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. P.(org). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, MMA. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 104-161.

MENDONÇA, A. Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-150, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 jun. 2020.

MORALES, A. G. M. A formação dos profissionais educadores ambientais e a universidade: trajetórias dos cursos de especialização no contexto brasileiro. **Educar em Revista**, n. 34, p. 185-199, 2009.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias**. Documento de trabalho: 1995. Disponível em: <https://www.abruc.org.br/view/assets/uploads/artigos/abruc/dt9506.pdf> Acesso em 12 jun. 2020

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: **Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. INEP: 2016.

NOAL, F. O. Ciência e interdisciplinaridade: interfaces com a educação ambiental. In: SANTOS, J. E.; SATO, M. (Org.). **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. 3. ed. São Carlos: Rima, 2006. p. 369-388.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. São Paulo: Cortez, 1995. 87 p.

SANTOS, José Eduardo dos; SATO, Michele. **Universidade e Ambientalismo – Encontros não são despedidas**. In: Contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora. São Paulo: RIMA, 2006.

SATO, M. Réseau du dialogues pour éducation relative à l'environnement. In: **Éducation relative à l'environnement**, vol. 3, 2001

SATO, M.; SANTOS, J. E. dos. **Tendências nas pesquisas em educação ambiental**. p.253-283. In: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (orgs.). Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**/Michele Sato, Isabel Cristina (Orgs.). Porto Alegre: Artmed, 2005.

SILVA, A. D. V. Sustentabilidade no ensino superior: a emergência de uma universidade ambientalmente responsável. In: GUERRA, A. F. S.; TAGLIEBER, J. E (Org.). **Educação ambiental: fundamentos, práticas e desafios**. Itajaí: Univali, 2007. p. 143-162.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A PESQUISA CIENTÍFICA. In: **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, VANESSA. Para o mercado ou para a cidadania? a educação ambiental nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 121-142, 2016.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L.L. (2006) **A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário**. Gestão & Produção, v. 13, n. 3, p. 503-515.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300012>

TOZONI-REIS, M. F. C. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO. C. F. B. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 177-221.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>> acessado em: 20 jul. 2020

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/historia/>> acessado em: 20 jul. 2020

VELAZQUEZ, L.; MUNGUIA, N.; PLATT, A.; TADDEI, J. **Sustainable university: what can be the matter?** Journal of Cleaner Production, 2006 v. 14, n. 9-11, p. 810-819. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.12.008>

VERDI, Marcio; PEREIRA, Graciane Regina. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES – O CASO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 17, nov. 2012. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3093>>. Acesso em: 09 out. 2019.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e método**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

APÊNDICE A - ARTIGO APRESENTADO NO ENPEC

A abordagem do tema ambiental e a formação do profissional e do cientista de nível superior socialmente responsável

The approach of the environmental theme and the training of the professional and the socially responsible higher level scientist

Cíntia Eliza Mahl

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
cintiamahl123@gmail.com

Edson Luiz Lindner

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
edson.lindner@ufrgs.br

Resumo

Esse artigo é uma revisão sistêmica dos trabalhos, com a temática ambiental, publicados na Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC), no Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências (ENPEC) e no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram analisados artigos que apresentavam ações ocorridas na academia, na formação profissional, científica e humanística, e em relação às noções de sustentabilidade. O objetivo deste trabalho é apresentar os dados das pesquisas para apontar os avanços e as lacunas que se encontram nesta área do conhecimento, buscando contribuir para reflexões sobre a realidade apresentada. Esperamos que este trabalho colabore na concretização da Educação Ambiental (EA), nos contextos universitários, de maneira crítica, democrática, emancipatória e comprometida com a dignidade do ser humano e com a manutenção da vida no planeta, buscando construir uma sociedade justa, sustentável e com hábitos inteligentes.

Palavras chave: educação ambiental, formação científica, formação profissional, sustentabilidade, universidade

Abstract

The is article is a systematic review of environmental-themed works, published in the periodic Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC), the Encontro Nacional Pesquisa em Ensino de Ciências (ENPEC) and the Banco de Teses Dissertações da Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). We analyzed articles, which presented actions within the academy, in the professional, scientific and humanistic training, related to notions of sustainability. The objective of this work is to present the data of these researches to highlight the advances and gaps in this area of knowledge, seeking to contribute to reflections regarding the presented reality. We hope that this work contributes to the implementation of Environmental Education (EA) in university with a critical, democratic, emancipatory view, committed to human dignity and maintenance of life in the planet, seeking to build a just, sustainable and intelligent society.

Key words: environmental education, university, sustainability, vocational training, scientific trainingde

Considerações teórico metodológicas sobre realidades sustentáveis na formação de profissionais e cientistas de nível superior

No Brasil a temática ambiental é resguardada legalmente pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 225.

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e a Educação Ambiental (EA) é amparada no § 1º, inciso VI, que institui os princípios da EA ao determinar a promoção da “Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente”.

Em 1999, foi aprovada a Lei nº. 9795, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), deixando claro que a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Assim, a EA deve ser desenvolvida de forma continuada e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino, como uma prática educativa integrada.

Na Instituição de Ensino Superior (IES) está concentrada grande parte da responsabilidade em disseminar a EA, já que a universidade é encarregada pela capacitação ao exercício profissional e pela construção do conhecimento científico, sendo ela responsável por gerar, mediar e difundir o conhecimento técnico-científico e humanístico.

Para Santos e Sato (2006), a Universidade é o ponto chave para a disseminação da EA, sendo considerada como produtora de conhecimento mais elaborado e assim assumindo um compromisso social.

Ainda, Carniatto e Steding (2015) afirmam que as IES são consideradas como o ambiente primordial para a geração de ações que tenham como objetivo identificar e desenvolver metodologias, táticas, propostas de ação e produtos que resgatem o respeito pelas leis que regem o equilíbrio ambiental. Este fato concorre para o desenvolvimento e prática da sustentabilidade.

As IES passam a assumir um papel fundamental na formação de novas ideias e quebra de paradigmas. É imprescindível que as Instituições de Ensino incorporem novos procedimentos administrativos e acadêmicos, visando à concepção do desenvolvimento sustentável. As Universidades devem ser o berço de iniciativas que promovam ações na busca do equilíbrio entre a produção de bens e serviços e a qualidade de vida e ambiental é a ideia principal de (BARBOSA Et al., 2010).

Fracalanza et. Al. (2008) destaca que apesar do campo de pesquisa em EA ser recente, a produção acadêmica e científica no Brasil é grande e significativa. Desta maneira a pesquisa em EA é relativamente recente e os dados por ela produzidos carecem de sistematização.

Tozoni-Reis et al (2012) nos mostra que é necessário que nos processos de formação continuada do corpo docente sejam adotadas técnicas de inserção da EA, tendo como foco os aspectos teóricos metodológicos, referentes à temática ambiental. Com esse estudo, pode-se concluir que somente a legislação e as políticas públicas educacionais nos diferentes níveis e sistemas de ensino não garantem a inserção da EA de forma significativa.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é o de analisar as pesquisas e a produção de conhecimento sobre EA na formação de nível superior a partir das publicações da Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC), do Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências (ENPEC) e do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Assim, buscamos respostas para as seguintes questões: onde e quando estão sendo desenvolvidos esses trabalhos? Quais temáticas abordam? Quais os principais resultados?

Metodologia Utilizada

Essa investigação tem abordagem quantitativa e qualitativa, o que permitiu desenvolver uma ideia de como estas pesquisas estão interpretando o assunto pertinente a EA no Ensino Superior. As pesquisas do tipo estado da arte, segundo Ferreira (2002), utilizam a metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que buscam investigar.

Foi realizada uma busca por artigos publicados nos anais do evento ENPEC e na revista RBPEC, utilizando como descritor o termo “ambiental” no título do artigo. Já na plataforma CAPES as buscas ocorreram com os seguintes descritores: “Educação Ambiental”, “Educação Ambiental” AND “Universidade” e “Educação Ambiental AND Ensino Superior”.

Os trabalhos elencados foram lidos, buscando sempre uma relação com o Ensino Superior ou a universidade. Após realizou-se uma análise baseada nos pressupostos metodológicos de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), que utiliza a análise de conteúdo como técnica de tratamento de dados. A classificação dos artigos ocorreu conforme o interesse investigativo, em 4 categorias: Formação de Professores; Estado da Arte; Formação continuada; e Estratégias de Ensino

Resultados e Discussões

Como a pesquisa ocorreu em três plataformas distintas, os resultados foram analisados e discutidos separadamente.

Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)

Neste estudo exploratório, o período de abrangência, que constitui nosso objeto de pesquisa, começa em 1997 até 2017, quando o ENPEC completou vinte anos. A coleta dos dados partiu dos Anais de cada ENPEC, disponíveis no Site da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), buscando por títulos com o termo

“ambiental” e posterior análise de resumos que submetiam a temática ambiental dentro de universidades ou centros universitários.

Foram analisados mais de 7.000 títulos apresentados nos ENPECs, sendo que destes 359 eram trabalhos que continham o termo “Ambiental” em seus títulos e 63 também traziam a relação EA - ES.

Na Figura 1, pode-se analisar a quantidade de artigos que foram apresentados em cada edição do ENPEC e a quantidade destes que trazem o termo “Ambiental” no título.

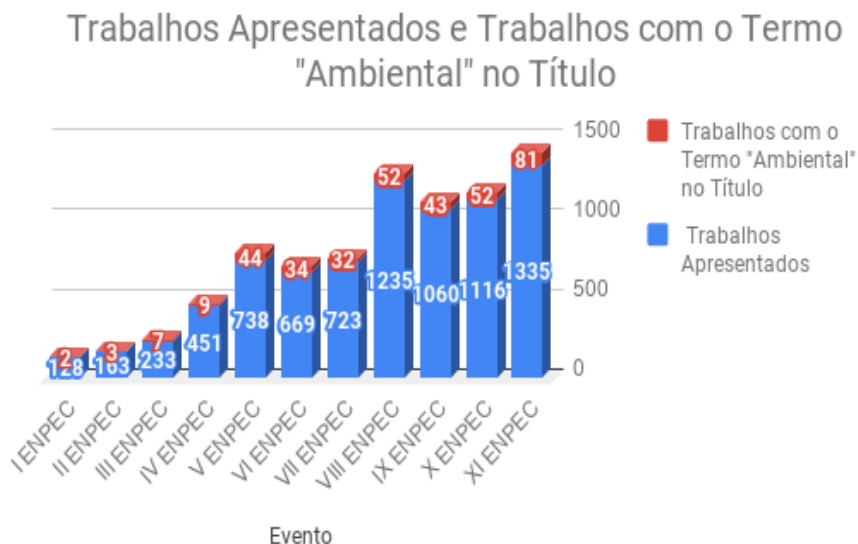


Figura 1: Gráfico 1: Relação de Trabalhos aceitos

Ao relacionar os trabalhos com o termo “Ambiental” no título e o total de trabalhos aceitos, verifica-se que no V ENPEC (2005) tivemos um dos maiores índices desta temática, sendo 5,96% dos trabalhos aceitos, havendo decréscimo no VI ENPEC. A diminuição de trabalhos nesse período coincide com o período em que eventos científicos específicos em EA surgiram no cenário acadêmico (KAWASAKI et al., 2009). Este dado pode ser visualizado no gráfico de área da Figura 2.

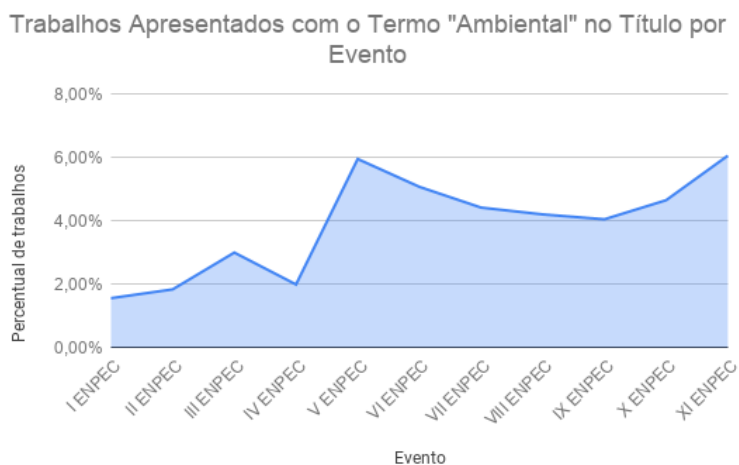


Figura 2: Gráfico 2: Trabalhos aceitos com o termo “ambiental” no título

Kawasaki e Carvalho (2009) constataram que a pesquisa em EA, no Brasil, tem crescido ao ponto de, em 2005, ser criado o GT (Grupo de trabalho) específico de EA nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd e nesta perspectiva o ENPEC também criou uma área temática específica denominada “Educação Ambiental e Ensino de Ciências”.

A investigação identificou 63 artigos publicados que tiveram como foco temático a Educação Ambiental no Ensino Superior ou na universidade, o que representa em média 18% do total de trabalhos com o termo “ambiental” no título. Ao se referir à formação de professores em EA, Lobo-Santos e Aires (2017) identificaram que, dentre os níveis de ensino que foram objeto de interesse da pesquisa, o Ensino Superior foi predominante com 38,6%.

As pesquisas nesta temática são realizadas em diversas universidades, mas as que possuem maior representatividade de trabalhos apresentados no ENPEC são: Universidade Estadual Paulista - UNESP (17,25%) Universidade de São Paulo - USP (14%); Universidade Federal de Pernambuco - UFRPE (8%); Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (8%); e Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (8%). As demais 18 Universidades que possuem publicação com esta temática possuem 1 ou 2 trabalhos apresentados. Lobo-Santos e Aires (2017) identificaram que a UNESP foi a instituição que mais publicou na temática de formação de professores em EA, no Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPA), sendo responsável por 13 das 57 publicações nesta temática.

Pode-se verificar que a pesquisa em EA relacionada ao campo do Ensino Superior surge em temáticas específicas, como: Formação de Professores; Estado da Arte; Formação continuada; e Estratégias de Ensino. Nas proporções da Figura 3.

Temática das produções em EA no Ensino Superior - ENPEC

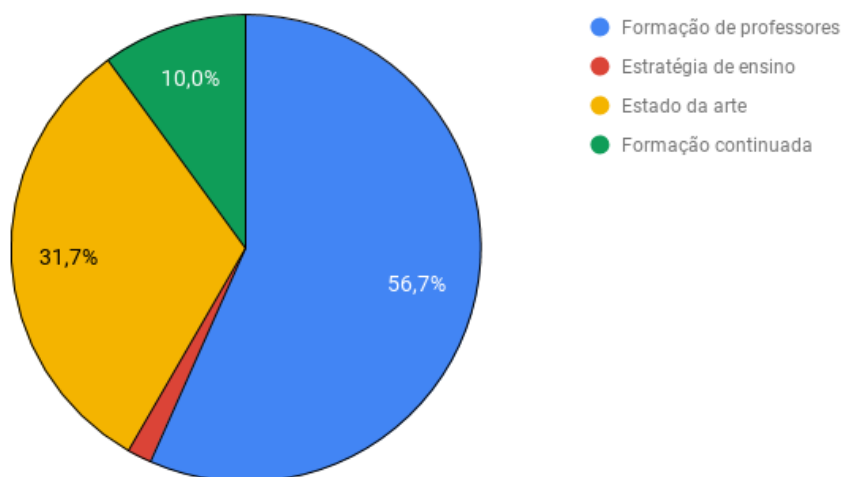


Figura 3: Gráfico 3: Temáticas abordadas nas Produções em EA no Ensino Superior apresentadas nos ENPECs

Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC)

No levantamento bibliográfico realizado na RBPEC, periódico da Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), periódico científico da área Ensino de Ciências, sendo classificado com Qualis A2, conforme o quadriênio 2013 - 2016 na

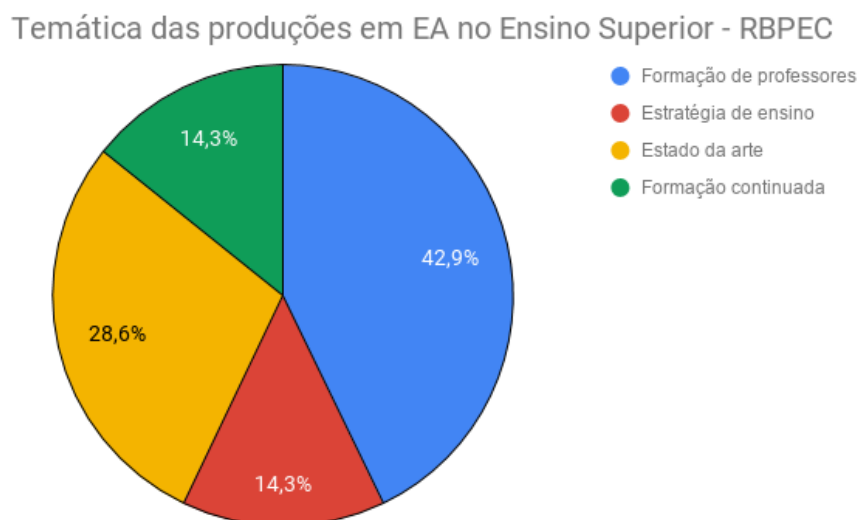
Plataforma Sucupira. Tal publicação constitui um importante canal de comunicação científica formal.

Na RBPEC contabilizou-se 23 artigos que em seus títulos continham o termo “Ambiental”, sendo que destes apenas 7 tinham relação com o Ensino Superior. Para este levantamento foram analisadas todas as edições da revista até agosto de 2018.

Ao explorar os dados obtidos, contabilizou-se (1) artigo em 2017, (2) artigos em 2014, (3) artigos em 2012, (1) artigo em 2006. Salienta-se que a RBPEC é publicada quadrimestralmente. Neste caso, na análise do ano de 2018, estavam disponíveis apenas duas edições.

Nos trabalhos publicados na RBPEC, assim como os apresentados no ENPEC, pode-se verificar que a pesquisa em EA relacionada ao campo do Ensino Superior surge em temáticas específicas, como: Formação de Professores; Estado da Arte; Formação continuada; e Estratégias de Ensino, esta proporção pode ser verificada na Figura 4.

Figura 4: Gráfico 4: Temáticas abordadas nas Produções em EA no Ensino Superior



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Na busca realizada no catálogo de teses e dissertações da CAPES, em setembro de 2018, com o termo “Educação Ambiental”, foram encontrados 6.207 resultados publicados no período, conforme pode ser verificado na Figura 5. As publicações nesta temática estão em ascensão.



Figura 5: Gráfico 5: Publicações com o descritor Educação Ambiental

A década de 1990 foi período de grande desenvolvimento da EA no Brasil “em termos científicos, com surgimento de diversas publicações relacionadas à temática e à formação de um pessoal com titulação acadêmica, seja lato ou em stricto sensu” (SATO; SANTOS, 2003, p. 254).

As cinco instituições que mais publicaram com a temática ambiental foram: Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Universidade de Brasília (UnB); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), estes dados podem ser verificados quantitativamente na Figura 6.

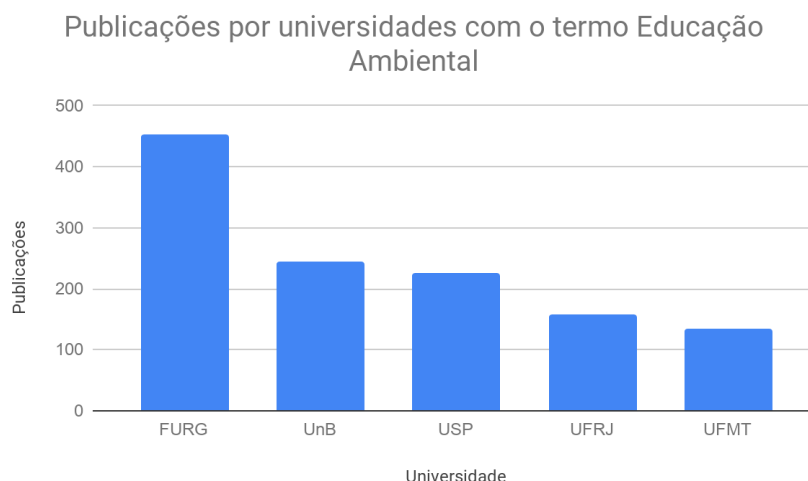


Figura 6: Gráfico 6: Principais Universidades com publicações com o descritor ambiental

Conforme Carvalho et al. (2009) os pesquisadores as regiões Sudeste e Sul do Brasil concentram 86% da produção de conhecimentos em EA na pós-graduação. Dado que se reproduz no gráfico 4, no qual também aparecem universidades da região Centro-Oeste como produtora de conhecimento em educação EA.

Para tornar a busca mais objetiva esta foi realizada com os termos “Educação Ambiental” AND “Universidade”, encontrando 135 resultados, publicados no período

conforme mostra a Figura 7.

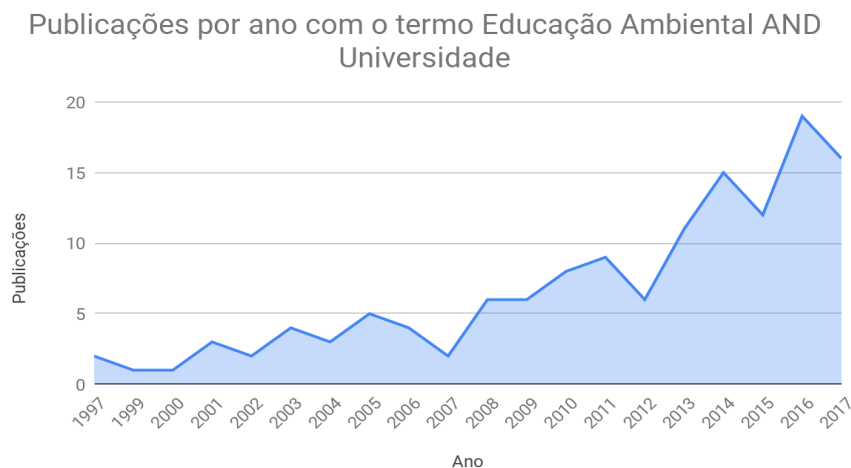


Figura 7: Gráfico 7: Publicações com os termos “Educação Ambiental” AND “Universidade”

Com o mesmo objetivo foi utilizado os descritores “Educação Ambiental AND Ensino Superior” encontrando 231 resultados, publicados no período conforme pode ser verificado na Figura 8, as publicações nesta temática também estão em ascensão, exceto no ano de 2014 que teve uma queda de 20% em relação ao ano de 2013.



Figura 8: Gráfico 8: Publicações com os termos “Educação Ambiental” AND “Ensino Superior”

Pode-se verificar que a pesquisa em EA vem crescendo, nos dados encontrados no banco de teses e dissertações da CAPES. Pode-se observar que as pesquisas relacionadas à Educação Ambiental; à Educação Ambiental na Universidade e; à Pesquisas em Educação Ambiental no Ensino Superior, mantém um padrão de crescimento, uma vez que picos semelhantes, no

gráfico, podem ser observados na Figura 9.

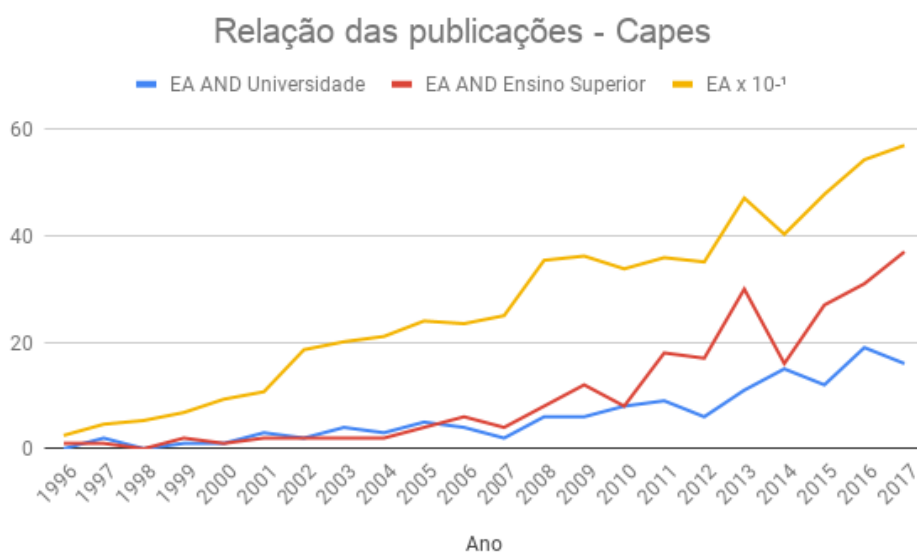


Figura 3: Gráfico 9: Relação entre as pesquisas Realizadas na plataforma CAPES

Considerações Finais

A crise ambiental é um dos maiores problemas que a humanidade está enfrentando. Uma das formas mais coerentes de diminuirmos esses impactos será formando uma sociedade mais justa, sustentável e com hábitos inteligentes. Neste contexto, Leff (2001) descreve sobre a impossibilidade de resolver os crescentes e complexos problemas ambientais sem que ocorra uma mudança radical. Essa mudança deve ocorrer nos sistemas de conhecimento, nos valores e nos comportamentos gerados pela dinâmica de racionalidade existente, embasada no aspecto econômico do desenvolvimento.

Esta demanda poderá ser suprida com a concretização de uma efetiva proposta de EA. Jacobi (2003) sugere que a postura de dependência e de falta de responsabilidade da população decorre, principalmente, da desinformação e da falta de consciência ambiental. Existe um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos. Essas práticas devem propor uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na coparticipação de uma gestão ambiental sustentável nas cidades.

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. (JACOBI, 2003, pág. 190)

Assim, é necessário apresentar normativas e orientações na inserção das temáticas ambientais. Este é um desafio constante para as Instituições de Ensino Superior e, como consequência para a Educação Básica. Desse modo, torna-se evidente a necessidade de pesquisas que busquem estratégias de ensino-aprendizagem para a EA. Soma-se, também, uma formação inicial que possibilite ao profissional e ao cientista instrumentos teóricos e metodológicos para inserir as temáticas ambientais no seu cotidiano, a fim de contemplar os desafios educacionais contemporâneos.

Referências

- BARBOSA, V; Et al. **Sustentabilidade na Universidade**. In: EDS-2010 - International Conference on Education for Sustainable Development. Regional Centre of Expertise – RCE CRIE Curitiba – UFPR – UTFPR – PUC-PR - Sistema
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de abril de 1999.
- CARNIATTO, Irene; STEDING, Adriana. Ambientalização e sustentabilidade nas universidades em debate. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 299-318, dez. 2015. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5545>>. Acesso em: 09 set. 2018.
- CARVALHO, L. M. D.; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. D. **Pesquisa em Educação Ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas**. Cadernos CEDES, v. 29, n. 77, p. 13-27, 2009.
- LOBO-SANTOS, V.; AIRES, J. L. O Estado da Arte das Pesquisas em Formação de Professores em Educação Ambiental: uma análise do perfil das publicações do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental – EPEA (2005-2015). **Anais do XI ENPEC Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências**, UFSC, Santa Catarina, 2017.
- FERREIRA, N.S.A. **As pesquisas denominadas ‘estado da arte’**. Educação & Sociedade, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FRACALANZA, H., AMARAL, I.A., MEGID NETO, J., EBERLIN, T.S. **A educação ambiental no Brasil: panorama inicial da produção acadêmica**. Campinas, Ciências em Foco, v. 1, n. 1, 2008, disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/cef/article/view/4458>> Acesso em: 09 set. 2018.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.** São Paulo, n. 118, p. 189-206, Mar. 2003 .
- KAWASAKI, C.S. et al. A Pesquisa em Educação Ambiental nos ENPECs: contextos educacionais e focos temáticos. **Anais do VII ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências**, UFSC, Santa Catarina, 2009.
- KAWASAKI, C.S; CARVALHO, L. M. de. Tendências da pesquisa em Educação Ambiental. **Educ. rev.** V.25, n.3, 2009 p. 143-157
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- SATO, M.; SANTOS, J. E. dos. **Tendências nas pesquisas em educação ambiental**. p.253-283. In: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (orgs.). Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- SANTOS, J E. dos; SATO, M. Universidade e Ambientalismo – Encontros não são despedidas. In: **Contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São

Paulo: RIMA, 2006.

TOZONI-REIS, M. F. C et al. A educação ambiental na escola básica: diretrizes para divulgação dos conhecimentos científicos. **Rev. Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 7, n. 1 – pp. 29-48, 2012.

APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - POLÍTICA AMBIENTAL

Pesquisa em Formulário Eletrônico - Política Ambiental

Pesquisa para diagnóstico da Institucionalização do Compromisso Ambiental em Universidades Comunitárias Gaúchas associadas ao Comung.

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um diagnóstico no estado do Rio Grande do Sul sobre as considerações ambientais nas universidades comunitárias. Para isso, a pesquisa será desenvolvida nas cinco áreas que englobam Política Ambiental, Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional com base nas ações desenvolvidas na academia.

Projeto Aprovado pelo Comitê de Ética UFRGS N°: 3.634.289.

Projeto Completo:

<https://drive.google.com/open?id=11dfZ3dDiditsQdrtqi9-PWRNi8bXSRm->

Parecer do Comitê de Ética:

<https://drive.google.com/open?id=1H1zHDNmYvfV1bn6Mu1gl-m3RFIUKvgFZ>

Para responder as perguntas, por favor indique um link com o documento pois as respostas, também, serão analisadas por análise de conteúdo, assim, podemos obter mais detalhes.

Em cada questão, será reservado um espaço para a expansão das informações, com precisão ou esclarecimentos sobre sua resposta. Indique, por exemplo, atos administrativos, resoluções, acordos ou atas, entre outros documentos oficiais que contêm essas informações.

→ DADOS DA UNIVERSIDADE

- Nome da Universidade:
- Setor que responde ao questionário:

1. Existe algum documento que defina a política que a Universidade desenvolve no campo da sustentabilidade ou do meio ambiente?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

2. Existe uma unidade, escritório de caráter técnico-administrativo com dedicação exclusiva para questões de sustentabilidade ambiental?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

3. A organização da ação pela sustentabilidade ambiental na sua universidade corresponde a:

- a) Conjunto de ações da agenda
- b) Um Plano de Ação Ambiental
- c) Uma Página do Sistema Institucional de Meio Ambiente:

4. A unidade, escritório de serviço de sustentabilidade ambiental possui orçamento próprio para realizar atividades ou investimentos nesta temática?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

5. Estão envolvidos os docentes, estudantes e técnicos administrativos no processo de implementação da política ambiental de sustentabilidade na universidade?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

Se sim, na questão 5, indique de que maneira os alunos estão envolvidos na implantação da Política Ambiental da Universidade.

Link:

Ampliação da informação:

Muito obrigado pela sua colaboração.

Caso deseje receber um relatório da pesquisa indique seu email.

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ENSINO

Pesquisa em Formulário Eletrônico - Ensino

Pesquisa para diagnóstico da Institucionalização do Compromisso Ambiental em Universidades Comunitárias Gaúchas associadas ao Comung.

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um diagnóstico no estado do Rio Grande do Sul sobre as considerações ambientais nas universidades comunitárias. Para isso, a pesquisa será desenvolvida nas cinco áreas que englobam Política Ambiental, Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional com base nas ações desenvolvidas na academia.

Projeto Aprovado pelo Comitê de Ética UFRGS N°: 3.634.289.

Projeto Completo:

<https://drive.google.com/open?id=11dfZ3dDiditsQdrtqi9-PWRNi8bXSRm->

Parecer do Comitê de Ética:

<https://drive.google.com/open?id=1H1zHDNmYvfV1bn6Mu1gl-m3RFIUKvgFZ>

Para responder as perguntas, por favor indique um link com o documento pois as respostas, também, serão analisadas por análise de conteúdo, assim, podemos obter mais detalhes.

Em cada questão, será reservado um espaço para a expansão das informações, com precisão ou esclarecimentos sobre sua resposta. Indique, por exemplo, atos administrativos, resoluções, acordos ou atas, entre outros documentos oficiais que contêm essas informações.

→ DADOS DA UNIVERSIDADE

Daremos início às respostas a esta pergunta, informando-o sobre os seguintes fatos:

- Nome da Universidade:
- Setor que responde ao questionário:

1. Existe uma política ambiental sustentável da Universidade mencionando expressamente as atividades de ensino ou treinamento?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

2. Você está incorporado em algum grupo de pesquisa ou roda de discussão referente à perspectiva da sustentabilidade ambiental?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

3. Indique o programa acadêmico da Universidade que é considerado mais avançado na incorporação da perspectiva de sustentabilidade ambiental:

Site web:

Ampliação da informação:

4. Definir alternativas transversais de sustentabilidade ambiental em algumas carreiras oferecidas pela Universidade?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

5. Existem cursos de graduação no ambiente universitário em Educação Ambiental ou em sustentabilidade?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

6. A universidade possui programas de pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) em Educação Ambiental ou em sustentabilidade?

()SIM () NÃO

Link::

Ampliação da informação:

Muito obrigado pela sua colaboração!

Caso deseje receber um relatório da pesquisa indique seu email.

APÊNDICE D - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - PESQUISA

Pesquisa em Formulário Eletrônico - Pesquisa

Pesquisa para diagnóstico da Institucionalização do Compromisso Ambiental em Universidades Comunitárias Gaúchas associadas ao Comung.

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um diagnóstico no estado do Rio Grande do Sul sobre as considerações ambientais nas universidades comunitárias. Para isso, a pesquisa será desenvolvida nas cinco áreas que englobam Política Ambiental, Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional com base nas ações desenvolvidas na academia.

Projeto Aprovado pelo Comitê de Ética UFRGS N°: 3.634.289.

Projeto Completo:

<https://drive.google.com/open?id=11dfZ3dDiditsQdrtqi9-PWRNi8bXSRm->

Parecer do Comitê de Ética:

<https://drive.google.com/open?id=1H1zHDNmYvfV1bn6Mu1gl-m3RFIUKvgFZ>

Para responder as perguntas, por favor indique um link com o documento pois as respostas, também, serão analisadas por análise de conteúdo, assim, podemos obter mais detalhes.

Em cada questão, será reservado um espaço para a expansão das informações, com precisão ou esclarecimentos sobre sua resposta. Indique, por exemplo, atos administrativos, resoluções, acordos ou atas, entre outros documentos oficiais que contêm essas informações.

→ DADOS DA UNIVERSIDADE

Daremos início às respostas a esta pergunta, informando-o sobre os seguintes fatos:

- Nome da Universidade:

- Setor que responde ao questionário:

1. Existe uma política ambiental de sustentabilidade da Universidade expressando menção à pesquisa e transferência de tecnologia?

()SIM () NÃO

Link::

Ampliação da informação:

2. Existe na universidade um grupo de pesquisa específico sobre sustentabilidade formalmente constituído?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

3. Existe na instituição Estratégias para promover a realização de pesquisas ambientais (subvenções, concursos, outros)?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

4. Você considera critérios para a sustentabilidade na avaliação de impacto ambiental, por parte da universidade, dos projetos de pesquisa e a transferência de tecnologia?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

5. Estratégias existentes para incentivar o uso do campus universitário na condução de pesquisas sobre questões ambientais e sustentabilidade?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

Muito obrigado pela sua colaboração!

Caso deseje receber um relatório da pesquisa indique seu email.

APÊNDICE E - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - EXTENSÃO

Pesquisa em Formulário Eletrônico - Extensão

Pesquisa para diagnóstico da Institucionalização do Compromisso Ambiental em Universidades Comunitárias Gaúchas associadas ao Comung.

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um diagnóstico no estado do Rio Grande do Sul sobre as considerações ambientais nas universidades comunitárias. Para isso, a pesquisa será desenvolvida nas cinco áreas que englobam Política Ambiental, Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional com base nas ações desenvolvidas na academia.

Projeto Aprovado pelo Comitê de Ética UFRGS N°: 3.634.289.

Projeto Completo:

<https://drive.google.com/open?id=11dfZ3dDiditsQdrtqi9-PWRNi8bXSRm->

Parecer do Comitê de Ética:

<https://drive.google.com/open?id=1H1zHDNmYvfV1bn6Mu1gl-m3RFIUKvgFZ>

Para responder as perguntas, por favor indique um link com o documento pois as respostas, também, serão analisadas por análise de conteúdo, assim, podemos obter mais detalhes.

Em cada questão, será reservado um espaço para a expansão das informações, com precisão ou esclarecimentos sobre sua resposta. Indique, por exemplo, atos administrativos, resoluções, acordos ou atas, entre outros documentos oficiais que contêm essas informações.

→ DADOS DA UNIVERSIDADE

Daremos início às respostas a esta pergunta, informando-o sobre os seguintes fatos:

- Nome da Universidade:

- Setor que responde ao questionário:

1. Implementar um plano específico de ações de responsabilidade socioambiental que tenha sido aprovado por um corpo diretivo da Universidade?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

2. Os programas de extensão permanente existentes contribuem para a solução de problemas ambientais ou de sustentabilidade nas comunidades?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

3. Existem programas permanentes de colaboração com governos (locais, regionais ou nacionais) para a formulação ou implementação de políticas públicas ambientais para a sustentabilidade?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

4. Existe algum programa de extensão ligados com o ambiente de negócios no meio ambiente ou na sustentabilidade?

()SIM () NÃO

Website:

Ampliação da informação:

5. Você participa de redes universitárias de debates sobre meio ambiente, educação ambiental ou sustentabilidade?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

Muito obrigado pela sua colaboração!

Caso deseje receber o um relatório da pesquisa indique seu email.

APÊNDICE F - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - GESTÃO AMBIENTAL

Pesquisa em Formulário Eletrônico - Gestão Ambiental

Pesquisa para diagnóstico da Institucionalização do Compromisso Ambiental em Universidades Comunitárias Gaúchas associadas ao Comung.

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver um diagnóstico no estado do Rio Grande do Sul sobre as considerações ambientais nas universidades comunitárias. Para isso, a pesquisa será desenvolvida nas cinco áreas que englobam Política Ambiental, Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional com base nas ações desenvolvidas na academia.

Projeto Aprovado pelo Comitê de Ética UFRGS N°: 3.634.289.

Projeto Completo:

<https://drive.google.com/open?id=11dfZ3dDiditsQdrtqj9-PWRNi8bXSRm->

Parecer do Comitê de Ética:

<https://drive.google.com/open?id=1H1zHDNmYvfV1bn6Mu1gl-m3RFIUKvgFZ>

Para responder as perguntas, por favor indique um link com o documento pois as respostas, também, serão analisadas por análise de conteúdo, assim, podemos obter mais detalhes.

Em cada questão, será reservado um espaço para a expansão das informações, com precisão ou esclarecimentos sobre sua resposta. Indique, por exemplo, atos administrativos, resoluções, acordos ou atas, entre outros documentos oficiais que contêm essas informações.

→ DADOS DA UNIVERSIDADE

Daremos início às respostas a esta pergunta, informando-o sobre os seguintes fatos:

- Nome da Universidade:
- Setor que responde ao questionário:

1. Existe um plano específico e estratégico de ação de sustentabilidade ambiental. Incluindo aspectos de poupança na água, saúde para consumo humano, irrigação e gestão de águas residuais?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

2. Existe um plano estratégico específico para a sustentabilidade ambiental, incluindo questões relacionadas à iluminação, climatização e energias renováveis?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

3. Implementar um plano específico por uma minimização, coleta seletiva e manufaturada adequados dos resíduos sólidos?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

4. Implementar um plano específico, sobre a gestão de áreas verdes e biodiversidade.

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

5. O planejamento urbano das universidades incluiu critérios para sustentabilidade ambiental?

()SIM () NÃO

Link:

Ampliação da informação:

Muito obrigado pela sua colaboração!

Caso deseje receber um relatório da pesquisa indique seu email.

APÊNDICE G - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Gostaríamos de convidar a _____ a participar voluntariamente da pesquisa “A Educação Ambiental em instituições de ensino superior associadas ao consórcio das universidades comunitárias gaúchas”, desenvolvida por mim, Cíntia Eliza Mahl, química, formada pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Dr. Edson Luiz Lindner, professor no PPG Educação em Ciências - QVS - UFRGS.

A pesquisa concentra-se na análise de temas ambientais e na promoção da Educação Ambiental em universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, com foco em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Acredito no potencial desta pesquisa para a construção de conhecimentos articulados e de um diagnóstico coletivo, capaz de abrir caminhos para intervenções dirigidas à redução de problemas ambientais.

Em reciprocidade às informações fornecidas, os responsáveis pela pesquisa fornecerão a cada universidade os resultados de um diagnóstico específico, comparado aos resultados médios. Desta maneira a instituição pesquisada conhecerá seus dados e poderá relacionar com os dados médios das outras instituições. A partir disto será possível pensar em alternativas para qualificar ainda mais o Ensino Superior, o trabalho dos gestores universitários, dos professores, dos pesquisadores e, por consequência, as práticas desenvolvidas com os alunos.

Ao final da pesquisa, os dados coletados serão utilizados para a construção de uma dissertação de Mestrado, a ser apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, além da produção de artigos que serão publicados em periódicos da área de estudo e/ou apresentados em eventos, como congressos e seminários.

Comprometo-me a manusear de maneira confidencial todas as informações fornecidas pelos pesquisados. Informações que possam identificar a instituição e/ou

o pesquisado jamais serão divulgadas. Os resultados somente poderão ser divulgados, em geral, em forma de dados por região ou de forma global. Os dados obtidos a partir desta pesquisa não serão usados para outros fins além dos previstos neste documento.

Este projeto está em tramitação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CAAE: 13192219.5.0000.5347, localizado na Av. Paulo Gama, 110, sala 317, Prédio Anexo 1 da Reitoria, Campus Centro, Porto Alegre/RS – CEP: 90040-060 – Fone (51) 3308- 3738.

Caso necessite de algum esclarecimento, poderá entrar em contato com a Prof. Dr. Edson Luiz Lindner, responsável pela realização deste trabalho, através do telefone (51) 99974-3173 ou pelo seguinte endereço: Avenida Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43815, Agronomia, Porto Alegre - RS, 91509-900, Colégio Aplicação/UFRGS.

Concordando com a participação na pesquisa, solicitamos uma Carta de Anuência, estamos encaminhando em anexo o modelo, também, pode ser acessado pelo Link:

https://docs.google.com/document/d/1O_ZmmsOZLGLdsee4pzuKeOLmUMtsLgH--3apJSHngK0/edit?usp=sharing

APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “A Educação Ambiental em instituições de ensino superior associadas ao consórcio das universidades comunitárias gaúchas”, desenvolvida pela mestrandia Cíntia Eliza Mahl, química, formada pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde da UFRGS, sob a orientação do Prof. Dr.a Edson Luiz Lindner, professor no Colégio Aplicação da UFRGS.

Os objetivos desta pesquisa concentram-se na análise da abordagem de temas ambientais e a promoção da Educação Ambiental em Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Acreditamos no potencial desta pesquisa para a construção de um conhecimento mais articulado, e um diagnóstico coletivo, para abrir a possibilidade de futuras intervenções dirigidas à redução de problemas ambientais.

Os riscos para o pesquisado e a instituição são mínimos, não haverá prejuízos ou benefícios financeiros aos sujeitos participantes. Compreende-se que entre os riscos possíveis pode ocorrer cansaço ou aborrecimento ao responder determinadas questões; constrangimento ao expor seu trabalho e o trabalho da instituição no qual está inserido, porém para minimizá-los os pesquisadores se comprometem em manusear de maneira confidencial todas as informações fornecidas pelos pesquisados, jamais será divulgado publicamente informações que se possa identificar a instituição e/ou o pesquisado. Os resultados somente poderão ser divulgados, em geral, com dados por região ou de forma global. Ocorrendo tais fatores o(a) participante poderá desistir do preenchimento do formulário.

Em reciprocidade das informações fornecidas, os responsáveis pela pesquisa fornecerão a cada universidade os resultados de um diagnóstico específico, comparado aos resultados médios. Desta maneira a instituição pesquisada conhecerá seus dados e poderá relacionar com os dados globais da pesquisa. A partir disto será possível pensar em alternativas para superar suas dificuldades,

melhorando a qualidade do Ensino Superior, o trabalho dos gestores universitários, professores, pesquisadores e por consequência as práticas desenvolvidas com os alunos.

Você tem a liberdade de optar pela participação na pesquisa e retirar o consentimento a qualquer momento, sem a necessidade de comunicar-se com os pesquisadores. Porém, caso necessite de algum esclarecimento, poderá entrar em contato com a Prof. Dr. Edson Luiz Lindner, responsável pela realização deste trabalho, através do telefone (51) 99974-3173 ou pelo seguinte endereço: Avenida Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43815, Agronomia, Porto Alegre - RS, 91509-900, Colégio Aplicação/UFRGS.

Ao final desta pesquisa, os dados coletados serão utilizados para a construção de uma Dissertação de Mestrado, a ser apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, além da produção de artigos, sendo estes publicados em periódicos desta área de estudo e/ou apresentados em eventos, como Congressos e Seminários. Os dados obtidos a partir desta pesquisa não serão usados para outros fins além dos previstos neste documento.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizado na Av. Paulo Gama, 110, sala 317, Prédio Anexo 1 da Reitoria, Campus Centro, Porto Alegre/RS – CEP: 90040-060 – Fone (51) 3308- 3738.

Declaro que li o TCLE: concordo com o que me foi exposto e aceito participar da pesquisa proposta.